

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

CHRISTY GANZERT GOMES PATO

**O Discurso Econômico da Modernidade: notas da periferia**

São Paulo  
2011

## LOMBADA

|                               |   |  |                                |
|-------------------------------|---|--|--------------------------------|
| Christy Ganzert<br>Gomes Pato | O Discurso Econômico da Modernidade: notas da periferia |  | DOUTORADO<br>FFLCH/USP<br>2011 |
|-------------------------------|---|--|--------------------------------|

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

## **O Discurso Econômico da Modernidade: notas da periferia**

**CHRISTY GANZERT GOMES PATO**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Arantes

São Paulo  
2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Documentação Bibliográfica  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
da Universidade de São Paulo

PATO, Christy Ganzert Gomes.

O discurso econômico da modernidade : notas da periferia / Christy Ganzert Gomes Pato ; orientador Paulo Eduardo Arantes. – São Paulo, 2011.

182 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

1. Economia – filosofia – Brasil. 2. Economia política – Brasil. 3. Materialismo. 4. Modernidade. I. Título. II. Arantes, Paulo Eduardo.

CDD 330.981

# FOLHA DE APROVAÇÃO

**CHRISTY GANZERT GOMES PATO**

O Discurso Econômico da  
Modernidade: notas da periferia

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade  
de São Paulo para obtenção do título de  
doutor.

Área de Concentração: Filosofia

Aprovado em: \_\_\_\_\_

## BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Para Leda Paulani, amiga estivadora de primeira hora.

Para Paulo Arantes, por sempre me desorientar.

Para Juliana, por me ensinar a rir.

## AGRADECIMENTOS

Quando escrevi os agradecimentos para a minha dissertação de mestrado, lembrara do caráter muitas vezes pedante deste espaço, no qual acabamos por transformá-lo, cinicamente, numa espécie de portfólio sócio-acadêmico. Agradecendo numerosos nobres fulanos, ou retribuindo outros tantos renomados beltranos, no fundo intentamos nos apropriar de seus nomes, convenientemente elencados como parte de nossa teia de relações. Afinal, enquanto no universo dos bacharéis-doutores que circulam por entre pilastras neoclássicas e pisos de mármore a marca de origem do status social deve revelar-se sutilmente pela etiqueta da gravata, no nosso mundo de bacharéis – ainda que de doutores de fato – o status acaba por revelar-se justamente através dessa apropriação que fazemos em nossos textos, onde congratulamos grandes nomes. Ao agradecermos tais e quais pessoas, como que as transformamos em íntimas, e num desdobramento nem sempre involuntário, acabamos por fazer lustrar muito mais o nosso próprio status do que a própria condição daquele a quem se agradece. Por isso, em lugar de um rol extenso de agradecimentos, que revelariam muito mais por onde andei do que realmente a quem devo essa tese, o leitor encontrará apenas sintéticas porém sinceras deferências. Minha psicanalista talvez me apontasse a caneta por cima do divã, dizendo que anunciar as condições do deslize narcísico não me impedem de ainda assim nele incorrer. Pois bem, assumamos então que um agradecimento de tese é, em si, uma aporia – condição essa que, aliás, escorre por todo esse trabalho – na qual o efeito inconsciente é sempre o bumerangue da valorização narcísica. Que me resta, portanto, senão fingir-me de morto e continuar a agradecer, esperando que o leitor realmente creia na sinceridade de minhas palavras?

Aos fatos, pois.

Este orientando não ajuda muito no já penoso trabalho de orientação. Por certo aquém das expectativas intelectuais em mim depositadas, e ainda acometido por uma síndrome de violação compulsiva de todos os prazos regimentais – por mais que os motivos fossem dignos –, esta tese, por isso mesmo, deve muito ao seu orientador. Antes que o amigo Paulo Arantes esboce qualquer interjeição de modéstia, devo esclarecê-lo que desde antes de sua participação em minha banca de mestrado seus escritos acompanham diuturnamente a cabeceira de minha cama. Por isso mesmo, bem ao seu próprio estilo, em todas as vezes que conversamos, ou nas vezes em que simplesmente acompanhei sua fala, por mais que o assunto estivesse aparentemente a léguas de distância desta tese, era a ela que eu era conduzido. Por

certo faltou, de minha parte, o método rigoroso da academia, no qual nos apresentamos de forma a que nosso tutor nos passe o lápis, corrigindo nossos erros. Mas nem mesmo Paulo é afeito a tais cânones, ao que meu desleixo de orientando pouco regrado ao menos soube encontrar outras formas de aproveitar a convivência única que a inquietação de um intelecto como o de Paulo Arantes nos propicia. Essa tese é, pois, ramificação de seu próprio programa intelectual, mesmo que longe de possuir a mesma potência de seus escritos.

Outra dívida intelectual é para com Leda Paulani. Essa, sim, competente e brilhante ao elaborar, a seu próprio modo, ramificações do inigualável programa intelectual de Paulo Arantes. Mas para além da dívida intelectual, tenho para com Leda a gratidão pela amizade que me acompanha há pouco mais de dez anos. Uma amizade de entrega e empenho, principalmente nos momentos mais infaustos. A superação das bárbaries de minha vida privada deve muito ao apoio dessa grande amiga. Sem ela, pois, também não haveria tese alguma.

Devo agradecer também àquele com quem tudo começou: meu orientador de mestrado, Fernando Haddad. Por mais que ele sempre me cutuque, meio jocosamente, toda as vezes em que nos encontramos, acusando-me de tê-lo traído ao trocar de programa e de orientador após o término do mestrado, ele sabe que foi ele quem me recepcionou na academia, bancando um projeto de mestrado que contava com uma acolhida abertamente hostil por parte dos professores do departamento de Ciência Política da USP. E foi ele quem, ao longo de quatro anos, me levou, tal como a amiga Leda Paulani, às inquietações que me conduziram ao professor Paulo Arantes. Um caminho, aliás, que ele mesmo seguiu, ao que tenho certeza de que ele compreende a inevitabilidade deste passo, em face do programa de pesquisas no qual ambos, cada qual a seu modo, nos inserimos.

A superação dos percalços dessa tese também contou com a presteza e competência inigualáveis de três funcionárias da FFLCH: Marie e Maria Helena, do departamento de Filosofia, e Regina, da Administração da FFLCH. É graças à dedicação exemplar de pessoas como essas três guerreiras que a FFLCH funciona!

Por fim, os amigos, claro, que contribuíram com a tese nas discussões de boteco, nas trocas de emails, nos telefonemas, onde sempre sentimos em ato o sedutor movimento no qual o que está posto nunca é o que interessa! A Gustavo Pedroso, Carlão, João Haddad, Walter Hupsel, Tatiana Ribeiral, Júlio Barroso, Carlos Sávio, Dani Araujo, Fábio Rodrigues, Rodrigo Teixeira, Mariana Almeida e Áquilas Mendes, é um privilégio tê-los como amigos. Mas há também os amigos mais recentes, que se não acompanharam o parto desta tese, ao menos contribuíram para deixar menos sisudo o ofício. A Franck, Ana, Danilo, Brunetta, Fran,



Vicente, Leo, Paulo e Wagner, meu mais profundo carinho pela experiência única de estar ao lado de vocês na construção de uma nova universidade federal. E a Chico Alambert, exímio pizzaiolo das hostes vermelhas, um agradecimento singelo pela pronta militância acadêmica, inclusive ao aceitar, um tanto no escuro, participar de minha banca de defesa.

Contrariando, assim, a praxe, prefiro atribuir a todos a responsabilidade pelo resultado dessa tese. O que ela possui de interessante é tributário da convivência e da amizade de todos vocês.

Espero que o senhor não se oponha à malícia, meu caro engenheiro. A meu ver, é ela a mais esplêndida arma da razão na luta contra as potências das trevas e da fealdade. A malícia, senhor, é o espírito da crítica.

Settembrini, personagem de Thomas Mann em *A Montanha Mágica*.

## RESUMO

PATO, Christy G. *O Discurso Econômico da Modernidade: notas da periferia*. 2011. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Para elucidar o lugar ocupado pela filosofia na formação e funcionamento do sistema cultural brasileiro, Paulo Arantes investigou o transplante de um conjunto de métodos e técnicas francesas, transladadas para os trópicos. Com a insolação sofrida na linha abaixo do equador, tal forma de pensar não chegou a sofrer propriamente uma desidratação, ao contrário: incorporando-se a ingredientes nacionais, como o espírito modernista, veio, sim, possibilitar uma filosofia por conta e risco. O mesmo ocorre nas artes plásticas, onde desde a chegada de Debret ao Brasil o traçado de constituição de um certo pintar em brasileiro percorre um caminho tenso entre o nosso próprio chão bruto e os ares europeus, ao que nossa paleta de cores acabou por constituir-se como forma adequada a uma sociedade onde a escravidão é moderna. Essa é, portanto, a trilha desta tese, que assume que nos outros ramos de nossa vida intelectual tal não é diferente. Nossa forma peculiar de raciocínio intelectual – nosso atabalhoado típico de nação que se constrói pela deglutição do olhar estrangeiro – é aqui assumida ela mesma como sintoma dos solavancos de nossa modernização periférica. E é o conceito de *forma*, no sentido hegel-marxiano, o alicerce conceitual pelo qual se procura dissecar neste trabalho um ramo específico da nossa vida intelectual, qual seja o do pensamento econômico. É através dele que este trabalho procura deslindar a chave – de resto imanente a todo nosso percurso – de um pensar que oscila entre a crítica do processo de desenvolvimento capitalista e a própria reprodução dele mesmo, não porque haja confusão no pensar, mas justamente porque essa é a forma adequada a um capitalismo periférico que exige, junto com sua crítica, soluções de desenvolvimento e industrialização.

Palavras-chave: pensamento econômico brasileiro; modernidade periférica; desenvolvimentismo; economia política

## ABSTRACT

PATO, Christy G. *The Economic Discourse of Modernity: notes from the periphery*. 2011. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

To elucidate the role played by philosophy in the formation and operation of the Brazilian cultural system Paulo Arantes investigated the transplantation of a set of French methods and techniques, translated to the tropics. With the heat stroke suffered in the line below the equator, such thinking did not exactly suffer dehydration, instead, by incorporating into itself the national ingredients, such as the modernist spirit, it came to provide a philosophy for its own cost and risk. The same occurs in the visual arts, where since the arrival of Debret to Brazil the set up of some paint in here follows a path tension between our own rough ground and a European feeling, so our color palette constitute itself as an appropriate form to a society where slavery is modern. This is therefore the track of this thesis, which assumes that the other branches of our intellectual life is no different. Our peculiar form of intellectual reasoning - our awkwardly typical nation that is built by the swallowing of foreign look - here is assumed itself as a symptom of the bumps of our peripheral modernization. And is the concept of form, in the sense Hegelian-Marxian, the conceptual foundation by which this work seeks to dissect a specific branch of our intellectual life, namely the economic thought. It is through it that this work tries to unravel the key - immanent throughout our journey - of a thought that oscillates between the critique of capitalist development process and its own reproduction, not because there is confusion in thought, but because this is the proper form of a peripheral capitalism that requires, along with his critique, solutions of development and industrialization.

Keywords: brazilian economic thought; peripheral modernity; developmentalism; political economy.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| SUSTENTABILIDADE: O INDIVIDUALISMO COOL DO HOMEM DA ERA DE AQUÁRIO.....                                 | 14 |
| Intervenções Humanitárias: a primeira inflexão .....  | 15 |
| Desenvolvimento Sustentável: inflexão e crise .....   | 29 |
| SOBRE OS CONCEITOS DE ESTRUTURA E DETERMINAÇÃO EM MARX: PARA UMA AVERIGUAÇÃO DO CONCEITO DE FORMA ..... | 44 |
| O materialismo vulgar.....  | 46 |
| O marxismo smithiano .....  | 49 |
| Espírito e forma.....   | 52 |
| Forma e sintoma.....  | 54 |
| A FORMA DIFÍCIL.....  | 77 |
| BILBIOGRAFIA .....  | 81 |

## 1. SUSTENTABILIDADE: O INDIVIDUALISMO *COOL* DO HOMEM DA ERA DE AQUÁRIO

Em outro momento<sup>1</sup>, procurei esboçar o mecanismo pelo qual marxistas, neoliberais, estruturalistas, pós-keynesianos, e toda sorte de exemplares da fauna pensante convergiam todos para uma espécie de gelatina desenvolvimentista indiferenciada, amálgama bruto resultante de nossa própria obsessão pelo atraso. E quando digo esboçar, leve-se o termo ao pé da letra, pois a ideia ainda permanece um rudimento a ser mais bem esmiuçado, para além mesmo da presente tese, que guarda parentesco indisfarçável com aqueles rascunhos.

Pois a passagem para o século XXI produziu uma outra força unificadora. Dos bem postados países da OCDE aos grandes centros contemporâneos de extração de mais-valia, a catástrofe ambiental se fez presente. E com ela um novo discurso pacificador veio somar-se às orações de desenvolvimento. Dessa comunhão sacramentou-se a noção de desenvolvimento sustentável.

Em certo sentido, ela é a roupagem *cool* do velho discurso de superação do atraso. Talvez por isso mesmo sua arenga seja ainda mais sedutora, apresentando-se agora como a grande ideologia a nos redimir das mazelas da acumulação capitalista, sem que sequer precisemos abandoná-la. Não poderia, assim, haver melhor tábua de salvação a libertar o homem da vida mundana crivada pela lógica do lucro, pois em verdade podemos permanecer a ela abraçados. Impregnada de um dever ético, a ideia de desenvolvimento sustentável aparece como o conforto certo às almas cansadas da destruição ecológica, mas também descrentes de qualquer outra forma de sociedade fora da esfera capitalista. Eis, aliás, o segredo de seu arrebatamento: fincada na ideia de um dever ético, ela é um discurso condigno de um mundo que não gosta mais de estruturas – tidas como forças

---

<sup>1</sup> cf. PATO, 2003.

não palpáveis a determinar nosso destino. E enquanto ética, sua força só pode estar no sujeito, agora o grande e único responsável pela construção de um novo mundo. Retiram-se, portanto, as condições determinadas sob as quais o homem faz sua própria história<sup>2</sup>, e como resíduo temos apenas a vontade humana, agora hipostasiada.

Por isso mesmo, criticar a noção de desenvolvimento sustentável passou a ser crime de lesa-humanidade, pois aquela foi praticamente acrescida ao rol dos direitos humanos – os quais, por uma espécie de tautologia, também emanam de um pressuposto fundado na ética. E é certo que ninguém em sã consciência pode ser contra os direitos humanos. Mas é justamente essa força messiânica, de cunho iluminista, que faz dos direitos humanos presa fácil para sua própria interversão, bem ao estilo, de resto, dos desdobramentos das principais figuras da modernidade, que acabaram por nos apresentar a promessa da Razão como mera ânsia por dominação, seja no colorido frankfurtiano seja no matiz pós-moderno francês. Um descompasso resultante de um tropeço que mais parece um erro grosseiro num exame psicotécnico, onde teimamos em tentar encaixar o cubo no buraco piramidal. Esse o resultado inevitável de um discurso que postula uma prática humana num universo inumano, e que só pode deslizar, portanto, para a inevitável cumplicidade involuntária para com a barbárie. O humanismo resvala assim em anti-humanismo<sup>3</sup>.

### **1.1. INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS: A PRIMEIRA INFLEXÃO**

Sobre essa interversão do humanismo em anti-humanismo o professor Paulo Arantes – em recente conferência ministrada no XV Encontro Anual da Sociedade Brasileira de Economia Política, em junho de 2010, em São Luís (MA) – destrinchou algumas

---

<sup>2</sup> Ainda que largamente citada e conhecida, a liturgia de um trabalho acadêmico nos obriga a lembrar a origem dessa passagem que já se tornou um aforismo: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1978b [1852], p.329).

<sup>3</sup> Voltaremos a esse ponto mais tarde, detalhando a argumentação do prof. Ruy Fausto sobre essa temática. v. FAUSTO, 1987a, p.27-65.

figuras macabras. Seu argumento toma forma a partir da constatação de que, desde o fim da Segunda Guerra, poucos foram os países envolvidos em conflitos declarados. Guerras deflagradas envolvem protocolos: chamada de embaixadores, rompimento diplomático, declaração de guerra e, claro, respeito às convenções internacionais. Os grandes conflitos que banharam o planeta nos últimos 30 anos, contudo, seguiram uma lógica muito mais “edificante” e, ao mesmo tempo, muito menos regulada. A maior parte desses conflitos foi deflagrada através da nova figura jurídica das intervenções internacionais e não propriamente como declarações de guerra. O inimigo não mais era tal ou qual país, mas, sim, barbaridades cometidas por grupos que atentavam contra os mais poderosos elementos de compaixão e alteridade: subjugo de minorias, restrição de liberdades, atentados de cunho religioso ou de gênero, fome, epidemias, etc. São fartas e inúmeras as desculpas para as intervenções bélicas de cunho humanitário. Negar legitimidade a tais intervenções passou à ordem do absurdo, do impensável, do inumano. Afinal, seria negar à Razão seu próprio devir – de pavimentadora da emancipação e do bem-estar da humanidade –, ainda que o único resultado a saltar à vista tenha sido o de flagrarmos a Razão em calças curtas<sup>4</sup>.

Essa nova figura jurídica, da intervenção humanitária, como não poderia deixar de ser, também reflete os novos tempos. Afinal, que mais importante noção de estrutura a ser questionada que a figura abstrata do Estado? Pois a nova doutrina visa justamente colocar em xeque as antigas noções de soberania e de jurisdição estatal. E ainda que eu não me atreva adentrar no profundo do terreno jurídico – inda mais o do direito internacional –, sua essência é bem conhecida e palatável, acessível aos limites deste trabalho: repousa no bom e velho jusnaturalismo, pai e mãe da moderna concepção de direitos humanos.

---

<sup>4</sup> Dentre outros flagrantes embaraçosos, vimos a Razão distribuindo licitações milionárias de reconstrução da destruição causada por suas próprias intervenções. A Halliburton e a família Cheney agradecem, de resto, o bom senso e a lógica, sempre humanitários.



Mas antes nos cabe indagar sobre que Estado é esse, agora questionado em seus próprios limites de ação legítima em face do novo paradigma jurídico. Independentemente de sua variante histórica – se o grande Leviatã, soberano absoluto, ou se aquele atrelado a arranjos multilaterais e sujeito, portanto, à *soft law* – não se pode negar que uma mesma lógica ainda persiste, desde sua origem, e ainda determina a constituição do Estado hodierno:

O aspecto crucial do sistema interestatal foi a oposição constante entre as lógicas capitalista e territorialista de poder, bem como a recorrente resolução de suas contradições através da reorganização do espaço político-econômico mundial pelo principal Estado capitalista de cada época<sup>5</sup>.

Em outras palavras, o discurso jurídico de conformação, seja do Estado Absolutista seiscentista, seja do Estado contemporâneo, não escapa aos ditames daquilo que Arrighi chamou de conformação dialética entre Estado e capital, ilustrado pela sua conhecida paráfrase da fórmula marxiana: DTD' e TDT', onde tanto o território (T), o poder político, é meio para a acumulação de capital (D), como o capital é meio para a acumulação de poder, na figura da expansão territorial. Neste sentido, o que o Tratado de Westphalia permitiu foi a emergência de um sistema interestatal que eliminava a ideia de uma autoridade acima dos Estados soberanos. “Esse novo sistema fundamentou-se no direito exercido entre os Estados, e não acima deles, e um poder atuante entre os Estados, e não acima deles”<sup>6</sup>.

Eliminando, assim, o comprometimento dos civis com as disputas entre os soberanos, e legitimando os direitos absolutos de cada Estado sobre seus territórios, Westphalia e os tratados subsequentes asseguraram à iniciativa privada a liberdade necessária para organizar pacificamente o comércio, mesmo em tempos de guerra<sup>7</sup>. A acumulação de capital e a expansão de poder equilibraram-se, portanto, num arranjo específico, lastreado na

---

<sup>5</sup> ARRIGHI, 1996, p.36.

<sup>6</sup> GROSS, Leo. The Pace of Westphalia, 1648-1948. p. 54-55. In: FALK, R.A.; HANRIEDER, W.H. (orgs.). *International Law and Organization*. Filadélfia: Lippincott, 1968, p.45-67 apud ARRIGHI, 1996, p. 43.

<sup>7</sup> ARRIGHI, op. cit., p. 43-44.

soberania estatal, que lhes permitiu uma mútua expansão, e que perduraria até a Segunda Guerra.

Os balões de ensaio filosóficos do Iluminismo – como a concepção de contratos sociais fundadores, assentados em direitos naturais do homem – bem que tentaram furar esse arranjo jurídico-estatal de natureza quase que solipsista, tendo produzido em 1789 o primeiro grande marco universalista<sup>8</sup>; mas não foram capazes de suplantarem aquelas bases jurídicas que perenizaram o equilíbrio do arranjo interestatal de Westphalia. Ao menos não até o século XX. Os motivos, ao bom materialista, parecem óbvios. A elevação dos princípios universalistas do Iluminismo à condição de raiz jurídica do mundo giraria em falso até que o próprio chão bruto fosse lapidado de maneira a que esses princípios mesmos fossem sua forma adequada. E, por ora, a acumulação ia muito bem, obrigado, e graças à clara delimitação de competências da soberania de cada Estado.

Problemas nesse arranjo viriam à tona somente ao final do século XIX, quando então a noção de fronteiras territoriais de acumulação começava a despontar mais como entrave do que como estímulo à expansão do capital. Ao que assistimos a um ajuste no qual, em certos aspectos, o mundo teve no período de 1870 a 1914 o regime de economia internacional mais aberto e integrado jamais visto, mesmo em comparação com os dias de hoje<sup>9</sup>. E mesmo com as devidas reações da política nacionalista ao longo do século XX, que retraíram um tanto essas pulsões radicalmente universalistas do capital, esse impulso primevo manteve-se – alimentado nas novas figuras do imperialismo, das transnacionais e, derradeiro desdobramento, em um mercado financeiro progressivamente onipresente e, em alguns aspectos, onipotente. Seguindo a fórmula arrighiana, o capital ao final do século XX continuava dependente da expansão de comando territorial como meio de fomento à sua própria acumulação, mas essa expansão demandaria agora formas mais sofisticadas de

---

<sup>8</sup> Refiro-me, é claro, à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*.

<sup>9</sup> Para um detalhamento dos argumentos sobre esta tese, cf. HIRST; THOMPSON, 1998.

*dominium*. Se Westphalia havia assegurado à iniciativa privada a expansão segura de seus negócios, organizados sobre bases territorialmente fixadas e pacificadas, o que dizer quando a delimitação territorial desses negócios rompe, ela mesma, o limite de demarcação estatal? Claro que, lembrando mais uma vez o estudo de Paul Hirst e Grahame Thompson<sup>10</sup>, o caráter verdadeiramente transnacional desse novo capital deve ser relativizado. A maior parte dele ainda tem pai e mãe, ou melhor, corporações territorialmente constituídas e delimitadas, até por força jurídica. Mas se concordarmos com a tese da predominância financeira da valorização<sup>11</sup>, veremos que, em certa medida, esse arranjo de poder – o T de Arrighi – necessariamente teve que assumir uma nova cara. Ressalte-se, aliás, que o próprio François Chesnais, talvez o expoente maior dessa tese, também não concorda com a visão de que vivemos num mundo radicalmente globalizado, com os capitais a se imporem irrestrita e soberanamente acima dos Estados<sup>12</sup>. Neste ponto, o leitor me perdoe, mas sinto-me compelido a um longo parêntese. Com a ideia de predominância financeira da valorização, Chesnais enfrentou, a meu ver, problema semelhante àquele por ele tratado em seu *A Mundialização do Capital*<sup>13</sup>, e referente aos mal-entendidos do conceito de globalização. Dados os pré-conceitos em torno do termo, eivado de apropriações ideológicas, ele preferiu o termo mundialização para referir-se ao mesmo fenômeno. Ao usar um termo distinto, ele imaginou poder limpar o terreno das confusões conceituais. Pois bem, a ideia de predominância financeira da valorização parece sofrer do mesmo mal. Seus críticos logo entendem que seja a afirmação de que a acumulação de capital, hoje, decorra de uma predominância de uma valorização produzida estritamente na esfera financeira, algo que, dada a necessária substância do valor – assentada no trabalho –, de fato não faz o menor sentido. Retomemos, pois, o bê-á-bá do livro

---

<sup>10</sup> cf. HIRST; THOMPSON, 1998.

<sup>11</sup> cf. CHESNAIS, 1998, 2005.

<sup>12</sup> cf. CHESNAIS, 1996.

<sup>13</sup> Ibid.

III d’*O Capital*<sup>14</sup>. Acontece que a massa de mais-valia, que se transforma em massa de lucro, é depois repartida entre ganho empresarial e juros, cabendo o primeiro ao chamado capital funcionante e os juros à esfera financeira. Logo, para o capital financeiro aumentar seus ganhos, há que se aumentar a sua participação na repartição desse bolo. E quais são as formas para tal? A forma mais simples, é claro, é aumentar o próprio bolo, ao que nos voltamos para a velha jornada de trabalho. Mais-valia absoluta e mais-valia relativa são, portanto, o feijão com arroz dessa história. E os ganhos da esfera financeira, portanto, aumentam na mesma proporção em que aumenta a apropriação daquilo sobre o qual não há troca de equivalente, ou seja, o aumento da massa de mais-valia. Até aqui, nenhum segredo. O capital financeiro aumenta seus ganhos na mesma proporção em que aumentam os ganhos do capital funcionante. Mas o que acontece quando o capital financeiro, em lugar de emprestar para o capital produtivo – de onde, como resultado do adiantamento necessário à mobilização da máquina de produção de mais-valia, ele recebe uma parte da mais-valia produzida –, empresta para o trabalhador? Significa que, tal como no processo de extração de mais-valia, o capital se apropria de uma massa de valor sem que haja troca de equivalente. No chão de fábrica, não há troca de equivalente nas horas trabalhadas *para além* do tempo de trabalho necessário à reprodução do valor da própria força de trabalho. E, no guichê do banco, não há troca de equivalente na cessão feita pelo trabalhador ao banco, sob a forma de juros, de parte do valor produzido *durante* o tempo de trabalho necessário à sua reprodução enquanto força de trabalho. Ou seja, o capital financeiro emprestar dinheiro para o trabalhador significa um aumento global de apropriação de mais-valia. Mais do que isso, é a artimanha própria do capital financeiro para aumentar a apropriação de mais-valia sem que, no entanto, o capital produtivo tenha parte no butim. Mas ainda que a ideia seja boa, o ganho de escala não chega a ser apetitoso. Entra em cena, assim, a dívida pública. Os fundos do Estado – formados pela

---

<sup>14</sup> MARX, 1988c.

coleta, no que diz respeito ao trabalhador, também de parte do valor produzido durante o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho – não são, a princípio, usurpação sem troca de equivalente. Deveriam constituir uma massa de bens que retornaria ao trabalhador sob a forma de saúde, educação, transporte, moradia etc. Contudo, em sendo em parte repassados à esfera financeira, sob a forma de juros, apenas repetem, em escala ampliada, e com um mediador chamado Estado, aquilo que ocorre no boleto das Casas Bahia. E mais uma vez o capital produtivo não sente nem o cheiro desse aumento de extração de mais-valia. Haveria ainda os fundos de pensão a entrar na equação, mas o parêntese já está demasiado longo. Note-se que esse aumento de extração de mais-valia, ao decorrer de um avanço sobre parte do valor produzido durante o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, e em não havendo concomitante barateamento da cesta de bens necessária à reprodução da força de trabalho, só pode, portanto, ocorrer em detrimento das condições de subsistência do trabalhador. A ideia de predominância financeira da valorização, portanto, denota um momento do capital no qual as estratégias de apropriação de mais-valia perpetradas pelo capital financeiro, e nos quais o capital produtivo não toma parte, assumem uma proporção muito maior do que em épocas anteriores, e não como mero acaso, mas, sim, como desdobramento lógico e histórico do capital. A produção de mais-valia continua, é óbvio, dependente de sua substância, o trabalho. Mas num regime de predominância financeira da valorização, uma parte progressivamente maior dessa massa de mais-valia simplesmente escapa da esfera do capital funcionante e se acumula na esfera financeira, mudando as proporções da repartição entre ganho empresarial e juros. O que não quer dizer que a esfera produtiva vá minguar ao ponto da não-existência – esse ponto seria, ao mesmo tempo, a não-existência também do capital financeiro e, portanto, a superação do capital. A sobrevivência do capital financeiro depende de que se continue o processo de produção de mais-valia, que só pode ocorrer na esfera do capital funcionante. O fato do fundo de mais-

valia acumulado sob a forma de juros crescer exponencialmente – constituindo, pelo efeito multiplicador das transações de empréstimo que ali ocorrem, a massa do chamado capital fictício, – não altera esse princípio. O diagnóstico cunhado sob o signo de predominância financeira da valorização quer tão-somente dizer, portanto, que: na relação necessariamente simbiótica entre o capital financeiro e o produtivo, vêm se alterando substancialmente as proporções de apropriação do montante de mais-valia produzido; e que mesmo que estejamos assistindo a uma hipertrofia do sistema financeiro, isso não redundará em um menor fôlego para o sistema produtivo. O capital financeiro continua acoplado ao capital funcionante, adiantando-lhe capital e movendo a máquina de geração de valor – que também assume proporções inéditas, dado o estoque de capital fictício disponível para esse adiantamento. A diferença é que agora ele se apropria de fatias progressivamente maiores da mais-valia extraída – o que não quer necessariamente dizer que ele leve a maior parte do bolo. Se aceitarmos, portanto, esse complexo diagnóstico, atinente à ideia de uma predominância financeira da valorização, temos que refletir sobre a forma pela qual o Estado se ajusta e reforça esse movimento.

Neste cenário em que o capital se move supranacionalmente, trafegando em segundos através de tubulações financeiras turbinadas por fibra ótica – mas onde, ao mesmo tempo, ele também depende dos velhos movimentos de imobilização maciça de capital em máquinas e trabalhadores –, que configuração de poder lhe cabe como forma adequada? Lembrando ainda que o mesmo preceito decorrente de Westphalia ainda se faz necessário, qual seja um poder capaz de assegurar à iniciativa privada a liberdade necessária para organizar pacificamente o novo mundo das transações econômicas, agora radicalmente mundializado. Na linha arrighiana da conformação dialética entre capital e Estado, a dobradinha de expansão e retroalimentação mútua só pode, portanto, demandar uma esfera de poder igualmente mundializada. Mas como pode tal arranjo ser possível, dada a primazia

quase ontológica da figura do Estado tal como sempre o conhecemos? Ou seja, como pode o capital conformar um poder igualmente mundializado se o Estado ainda se assenta em bases territoriais definidas e arcabouço legislativo restrito e peculiar a essa base territorial? Engana-se quem pensa que a resposta reside no fato de terem ocorrido mudanças na natureza do poder. A resposta, em verdade, está justamente no fato dessa natureza jamais ter se alterado. Maquiavel, o primeiro a discernir as entranhas dessa figura que chamamos Estado, já notara que sua essência, a dominação, assenta-se sobre a força, mas também sobre o consenso – na conhecida leitura perenizada por Gramsci. A expansão do poder (T) em conformidade com a expansão do capital far-se-á, assim – ao final do século XX – pela expansão não da dominação direta mas da hegemonia. Recomendações de políticas públicas, impostas por organismos multilaterais como condicionantes de empréstimos, e *rankings* de caráter punitivo, determinados pelas chamadas agências de risco, serão mecanismos mais eficientes e condignamente adequados à nova forma de *dominium* relativa à nova configuração do capital. Desta maneira, fechando, finalmente, a fórmula arrighiana, temos que, ao final do século XX, a expansão de poder adequada à expansão do próprio capital, em lugar de operar através da expansão territorial, age pela expansão do *soft power*.

Seguindo o mesmo ritmo, o século XX viu emergir duas tendências no Direito Internacional, “relativas a uma reformulação do entendimento tradicional sobre suas fontes e o papel de uma gradação da força vinculante, para os Estados, das normas jurídicas por eles produzidas ou destinadas a eles”<sup>15</sup>. Trata-se da afirmação de normas que constituiriam um *jus cogens* e o reconhecimento de normas flexíveis, com um sistema de sanções distinto das previstas nas normas tradicionais – aquilo que se denominou *soft law*. O *jus cogens* diz respeito ao “reconhecimento de [...] um núcleo duro e relativamente inflexível de normas jurídicas, que, como as cláusulas pétreas das Constituições dos Estados,

---

<sup>15</sup>

SOARES, 2004, p. 127.

condicionam a legitimidade e a validade de todas as outras normas por eles elaboradas”<sup>16</sup>. Essa inovação jurídica é o pulo do gato iluminista, pois o foco não é o conteúdo normativo daquilo que deve se sobrepôr à vontade dos Estados, mas a constituição de uma doutrina jurídica que afirme a possibilidade da existência de regras não passíveis de modificação por parte desses mesmos Estados, e que, ademais, condicione a validade e a legitimidade de seus próprios arranjos jurídicos domésticos. Por outro lado, conferir ao Direito Internacional determinadas normas, de maneira a sobreporem-se à vontade dos Estados, leva ao problema de como garanti-las, dado que o processo de sanção não pode mais seguir o ditame usual. Daí o surgimento da chamada *soft law*<sup>17</sup>, uma espécie de legislatura lastreada na diplomacia: Resoluções, Convenções, Planos de Ação, Atas, Declarações, Comunicados Conjuntos, e toda uma profusão de documentos oriundos da diplomacia multilateral.

Engenharia feita, faltava ainda o conteúdo moral universalista a recheiar essa nova doutrina do direito internacional. E, mais uma vez, será a aporia do movimento cambaleante da modernidade a produzir tal síntese, a emergir dos horrores do holocausto. Num resgate triunfal dos prenúncios iluministas da carta de 1789, uma revigorada congregação internacional de países pariu, em 1948, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Mas o clímax dessa assunção irrestrita do Homem como um valor ainda estava por vir. E seria espetacular, bem ao gosto dos novos tempos, tendo início no episódio hollywoodiano no qual o temido Mossad sequestrou Eichmann num subúrbio de Buenos Aires, em 1960<sup>18</sup>. O sequestro em si, aliás, era a própria caricatura desse percurso necessariamente contraditório de construção de uma moralidade jurídica universal. Aos apelos da Argentina, feitos ao Conselho de Segurança da ONU pelo crime cometido contra sua soberania, nossos vizinhos tiveram que se contentar com o cínico argumento da primeira

---

<sup>16</sup> SOARES, 2004, p. 127.

<sup>17</sup> Para um panorama jurídico do tema, cf. *Ibid.*, p.136-140.

<sup>18</sup> Sobre esse episódio, e o julgamento de Eichmann, nada mais clássico que o livro de Hanna Arendt (1999 [1963]).



grande dama de ferro da política mundial. A primeira-ministra de Israel, Golda Meir, alegava que o sequestro não havia sido perpetrado por agentes do Estado de Israel, mas por cidadãos comuns. Obviamente, esses tais cidadãos comuns nunca foram levados a corte alguma. Crimes justificáveis, a propósito, serão o desdobramento ulterior da interversão do humanismo em anti-humanismo, como bem atestam as chamadas EITs da CIA (as temidas *Enhanced Interrogation Techniques*). Cabe lembrar que tais técnicas, que vão desde o afogamento simulado à privação de sono, são elas mesmas derivadas da aplicação de princípios científicos – mesmo que seja má ciência, como analisado em recente artigo da *Science*<sup>19</sup> – e tributários, portanto, do mesmo espírito que um dia nos prometeu a emancipação. Sendo repetitivo e monótono, eis, portanto, mais um retrato didático da grande aporia a que se resume o Iluminismo. Mas voltando a Eichmann, seu julgamento não visava, de fato, condená-lo. Com um veredicto já definido de antemão, seu maior significado reside em midiaticamente ter levado a mentes e corações o que vem a ser uma moral universal alicerçada no imperativo categórico. Durante os nove meses de julgamento, os jornais transmitiram, ao vivo e em preto e branco, uma espécie de novela kantiana, a martelar, em transmissões diárias, pela narrativa da empatia e da antipatia, a sensação de humanidade, de pertencimento a um grupo e de compartilhamento de uma moral, ambos igualmente universais. O horror à ideia de crime contra a humanidade, assimilada agora em uma narrativa de massa, pavimentava assim o percurso final daquela promessa de cidadão do mundo, feita pela filosofia do entendimento no século XVIII. E bastaram poucos anos após o julgamento de Eichmann para virmos surgir o derradeiro balizamento jurídico exigido pelos novos tempos. Com John Rawls (1971), os critérios de validação de princípios normativos universais assumiriam sua forma definitiva.

---

<sup>19</sup>

cf. IACOPINO; ALLEN; KELLER, 2011.

Desde então, o mundo se acostumou a ouvir notícias sobre as novas resoluções da ONU a respeito dos Direitos Humanos. E, mais do que isso, acostumou-se com as intervenções da mesma. Pode-se dizer que data de 1967 a guinada intervencionista da Comissão de Direitos Humanos da ONU<sup>20</sup>, quando, através da Resolução 1235, o Conselho Econômico e Social da ONU autorizou a Comissão de Direitos Humanos e a Subcomissão para Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias a atuarem de forma mais assertiva, podendo apurar denúncias e produzir documentos atinentes às apurações<sup>21</sup>. Três anos depois, a Resolução 1503 também lhes conferiu os recursos e definiu procedimentos para as apurações de violações<sup>22</sup>. Note-se, contudo, que tais resoluções jamais se colocaram contra a soberania dos Estados. A resolução 1503 dispõe claramente sobre essa questão, afirmando que os comitês *ad hoc* apontados para as investigações “devem ser conduzidos somente com o expresso consentimento do Estado em questão, em constante cooperação com aquele Estado e sob condições determinadas em comum acordo”<sup>23</sup>. No entanto, a própria carta fundadora da ONU fornece a brecha:

Nada contido na presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervir em assuntos que são essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a ajustes nos termos da presente Carta, mas este princípio não prejudica a aplicação de medidas coercitivas constantes do Capítulo VII<sup>24</sup>.

Ora, em tendo se consolidado os direitos humanos como um componente presente na nuvem difusa de normas constituídas como *jus cogens*, o que as Resoluções 1235 e 1530 criaram, de fato, foi o sistema de inteligência necessário à coleta de informações a legitimar intervenções. Afinal, a ONU apenas não está autorizada, segundo seus princípios, a intervir em assuntos de âmbito doméstico. Mas os direitos humanos,

---

<sup>20</sup> AMARAL, 2006, p.17. Esse texto em si é quase escolar e muito pobre teoricamente, mas tem o mérito de traçar o percurso das resoluções que pautam a possibilidade de intervenção da ONU sob o argumento humanitário.

<sup>21</sup> cf. ONU, 1967.

<sup>22</sup> cf. ONU, 1970.

<sup>23</sup> Ibid., artigo 6, alínea b, tradução minha.

<sup>24</sup> ONU, 1945, artigo 2, alínea 7, tradução minha.

obviamente, não se enquadram mais nessa categoria, abrindo-se, portanto, a possibilidade da aplicação das medidas coercitivas detalhadas no capítulo VII. Claro que o referido capítulo, que dispõe sobre as ações relativas às ameaças à paz – e as violações dos direitos humanos, obviamente, são uma ameaça à paz –, prevê uma série de sanções que antecedem o derradeiro uso efetivo de forças armadas. Se um embargo completo ou parcial das relações econômicas, ou uma interrupção geral das comunicações – ferroviárias, marítimas, aéreas, postais, telegráficas e radiofônicas –, não funcionarem, ainda resta a demonstração de força através de bloqueios e demais operações, executadas por força aérea, marítima ou terrestre<sup>25</sup>. O conflito deflagrado é a última medida do Conselho de Segurança.

Mas o próprio Conselho de Segurança estava ele mesmo prestes a sofrer as consequências da impossibilidade de derrogação frente ao *jus cogens*. Em sua 32ª Assembleia Geral, em 1977, a ONU aprovou novos princípios para aprimorar o gozo efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Cristalizou, na sempre citada Resolução 32/130, certas concepções, como a da indissociabilidade entre direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como o caráter inalienável de ambos. E ainda, em prosseguimento à trilha moral aberta quando do julgamento de Eichmann, definiu que os futuros trabalhos realizados pela ONU, no que concerne aos direitos humanos, devem tomar esses direitos como uma questão “a ser examinada globalmente”<sup>26</sup>. A Resolução 32/130 também não descuidou das condições materiais exigidas para o pleno desfrute dos princípios enumerados, resgatando uma das máximas da Proclamação de Teerã, de 1968, quando da I Conferência Internacional de Direitos Humanos:

A realização plena dos direitos civis e políticos sem o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais é impossível. A obtenção de um progresso duradouro na implementação dos direitos humanos depende de boas e eficientes políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento econômico e social<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> ONU, 1945, artigos 41 e 42, tradução minha.

<sup>26</sup> ONU, 1977, p.151.

<sup>27</sup> Ibid., loc. cit., tradução minha.

Em outras palavras, a ONU primeiro funda seu direito de intervenção e, em seguida, cristaliza princípios que, consoante o espírito moral universalista, por isso mesmo têm força vinculante. Faz-se impor, assim, sobre o Conselho de Segurança, o mesmo *jus cogens* a se sobrepor à vontade dos Estados e que, seguindo o jargão que lhe é adequado, por definição só pode ter o mesmo caráter *erga omnes*. Essa fatura foi cobrada quando, em 1999, o Conselho de Segurança da ONU não autorizou a intervenção na antiga República Federativa da Iugoslávia, e, em resposta, a OTAN desafiou a decisão do Conselho, invocando justamente o argumento de que havia uma emergência humanitária internacional nos Balcãs. Mostrando ao mundo que mesmo o Conselho de Segurança não poderia derrogar o novo sistema de regras universais vinculantes, inaugurou-se, em Kosovo, a primeira guerra humanitária da história.

Nem sempre, contudo, o discurso da intervenção de cunho humanitário vem associado ao caráter bélico. O espírito da Declaração de Teerã foi incorporado também aos princípios da OCDE que, como o próprio nome já diz (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), está muito mais interessada nas condições econômicas pelas quais se efetivam os direitos fundamentais e os direitos humanos. Em seus *Princípios para uma Intervenção Internacional Eficaz em Estados Frágeis e em Situações de Fragilidade*<sup>28</sup>, temos:

Os Princípios têm por objetivo ajudar os atores internacionais a promoverem o envolvimento construtivo entre as entidades interessadas nacionais e internacionais em países que enfrentam problemas de governança frágil e de conflitos, e em países que apesar de apresentarem um desempenho melhor, experimentam períodos de fragilidade temporária. Constituem uma forma de reforçar os processos de diálogo e de coordenação já existentes e não gerar novos processos.

[...]

A perspectiva de longo prazo da intervenção internacional nos Estados frágeis assenta no apoio às reformas nacionais, de forma a constituir instituições eficazes,

legítimas e resistentes, capazes de se empenharem de maneira produtiva com as suas populações com vista à promoção de um **desenvolvimento sustentável**<sup>29</sup>.

O próprio jargão utilizado não deixa margem a dúvidas. Se o *soft*, seja *power*, seja *law*, não for suficiente, a boa moral nos compele a intervir, levando às nações frágeis a boa governança necessária ao “reforço da legitimidade e responsabilidade dos Estados” e fomentando questões relativas à democracia, “aos direitos humanos, à participação ativa da sociedade civil e à construção da paz”<sup>30</sup>. Saem os capacetes azuis e entram os engravatados das agências multilaterais, acompanhados, não raro, dos engravatados das multinacionais. E, no entanto, o discurso de intervenção é o mesmo – isso quando não testemunhamos as duas intervenções, bélico-humanitária e econômica, acompanhadas literalmente uma da outra. Em nome do humanismo, interviremos, sempre que necessário, para assegurar o “respeito aos direitos humanos” e a “promoção do desenvolvimento sustentável” – custe o que custar. Numa releitura de um velho iluminista, em nome desses valores universais é absolutamente lícito até mesmo impô-los aos demais. Afinal, como bem dizia o genebrino, quem se recusar a obedecer à Vontade Geral a tanto será constringido pelo corpo em conjunto, o que apenas significa que será forçado a ser livre<sup>31</sup>.

## 1.2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: INFLEXÃO E SÍNTESE

Aos olhares não distraídos dificilmente lhes deve ter escapado o sentido não tão oculto da nova bandeira humanista. Retirar as crianças do Congo da miséria e dos tentáculos das milícias é claro que é dos mais nobres e incontornáveis deveres, mas também não há nada de mau se pudermos, com isso, revigorar os usuais mecanismos de acumulação, que já há muito necessitam de todo e qualquer reforço possível. O duro é que no

<sup>29</sup> OECD, 2008, p.1, grifo meu. Como o documento consultado está em português de Portugal, fiz algumas adaptações no texto da citação.

<sup>30</sup> Ibid., p.2.

<sup>31</sup> ROUSSEAU, 1987 [1762], p.36.

meio do caminho muitas vezes nem lembramos mais qual dos dois foi, de fato, o impulso primevo.

Eis, pois, o novo *ethos* capitalista. Se em seus primeiros rincões o capitalismo teve como “espírito” a frugalidade e a abnegação de uma religião devotada ao trabalho<sup>32</sup>, neste mundo desencantado, a triunfante filosofia do entendimento fez por nos legar ao menos sentimentos mais elevados. E ainda assim tais sentimentos em pouco se diferem, no que concerne às implicações, do atomismo individualista centrado no trabalho e auto-interessado. Equiparam-se não por virtudes deste *homo economicus* ou ainda imperfeições daqueles sentimentos elevados, mas apenas porque ambos são forma adequada de um mesmo movimento que se desdobra sobre si mesmo, distinguível apenas no tempo.

Tratamos, já, do percurso no qual esses sentimentos elevados cristalizaram-se em um ordenamento jurídico de caráter não derogatório e global. E planamos rapidamente por sobre o trajeto do capitalismo ao longo do século XX e sua própria inflexão rumo à necessária comunhão com aqueles sentimentos e com o *jus cogens* deles derivado. Mas se olharmos com atenção para o mantra do desenvolvimento sustentável, veremos que ele é o próprio ponto denso no qual o capitalismo anuncia seu devir: um modo de acumulação renovado, ainda centrado no indivíduo e no seu dever, mas um dever não mais para com o trabalho, e, sim, para com o próximo. Capitalismo humanizado, pois.

Retornemos, portanto, ao momento de gestação dessa nova religião. Não, não uso o termo de maneira pejorativa, como que a denegrir os ambientalistas, acusando-os de fanáticos. Tomo-o como Hegel que, acompanhando Kant, considera a religião como “o poder de aplicar e validar os direitos que a razão concedeu”<sup>33</sup>. Poder este que intenta “penetrar o espírito e os costumes de um *povo*”, fazer-se presente “nas instituições do Estado

---

<sup>32</sup> cf. WEBER, 2004 [1904;1905]. Essa nova tradução, como bem se sabe, teve o primor de juntar num único texto as duas grandes versões da obra de Weber. A primeira, publicada em duas partes na revista *Archiv*, em 1904 e 1905, respectivamente, e a edição revista e ampliada por Weber em 1920.

<sup>33</sup> HEGEL, G. W. F. *Suhrkamp-Werkausgabe*. Frankfurt: M. Suhrkamp, 1986. v. 1, p.103 apud HABERMAS, 2002, p.38.

e na práxis da sociedade”, e ainda, impregnando-se na alma, “sensibilizar a maneira de pensar e as motivações dos homens para os preceitos da razão prática”<sup>34</sup>. Equiparo-o, assim, ao papel do protestantismo, na medida em que ambos, como elementos da vida pública, conferem à razão uma eficácia prática, ainda que não nos termos esperados por Hegel, já que ambos meramente redundam em um positivismo da eticidade, ou mesmo em simples eticidade positivada.

A origem do termo é bem conhecida. Na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*<sup>35</sup> – a conhecida Conferência de Estocolmo, em 1972 – o Secretário-Geral da Conferência, Maurice Strong, cunhou o termo ecodesenvolvimento, pai do conceito de desenvolvimento sustentável. Mas seria graças ao Assessor-Chefe do Secretariado-Geral da ONU nos preparativos para Estocolmo que o termo adquiriria não só densidade teórica como, principalmente, popularidade. Integrando as discussões multilaterais sobre o meio ambiente desde o ano anterior, quando da Conferência de Founex, na Suíça, Ignacy Sachs será também o responsável pela adoção quase que irrestrita do jargão de desenvolvimento sustentável nos documentos da ONU.

Polonês, mas praticamente brasileiro – pois morou aqui por 15 anos, durante a adolescência e a juventude, tendo estudado e se formado em Economia numa das faculdades que viria a compor a Universidade Cândido Mendes =, seus trabalhos são facilmente encontrados em edições muitas vezes preparadas especialmente para o público brasileiro. E mesmo antes dele ter sido, em 1992, Assessor Especial do Secretariado-Geral da ONU para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, colaborando, assim, com a realização da paquidérmica Conferência Rio-92, Ignacy Sachs já era o xodó de muitos setores da academia brasileira e de movimentos ambientalistas, já formados pelo recrutamento de jovens

---

<sup>34</sup> HABERMAS, 2002, p.38, grifo do autor.

<sup>35</sup> *United Nations Conference on the Human Environment*.

fervorosos e idealistas – eu mesmo, ainda que não tão fervoroso, encampara as fileiras, ao final da década de 1980, do recém-fundado SOS Mata Atlântica.

Discernir de que maneira sua obra foi capaz de, ao mesmo tempo, seduzir movimentos sociais e organismos multilaterais – conjugação esta que, para quem se acostumou com o cenário pós-Seattle, quando dos protestos contra a OMC, em 1999, parece mero delírio – é o segredo para compreender certos sintomas contemporâneos, como a aliança tranquila entre o partido verde alemão e os conservadores da União Democrata-Cristã, ou o esforço de Daniel Cohn-Bendit, um dos líderes do PV francês, em viabilizar uma aliança com “os centristas do Modem<sup>36</sup>” – numa atitude que “soaria melhor para seus novos eleitores que frequentam as praças financeiras mundiais<sup>37</sup> –, ou ainda a ascensão da candidatura de Marina Silva, durante as eleições presidenciais de 2010. Quanto a esta, cabe recuperar na íntegra o argumento fulminante de Vladimir Safatle:

No Brasil, vimos a candidatura de Marina Silva impor-se como terceira via na política. Ela foi capaz de pegar um partido composto por personalidades do calibre de Zequinha Sarney e fazer acreditar que, com eles, um novo modo de fazer política está em vias de aparecer. Cobrando os outros candidatos por não ter um programa, ela conseguiu esconder que, de todos, seu programa era o economicamente mais liberal. O que não devia nos surpreender. Afinal, os verdes conservaram o que talvez havia de pior em maio de 68: um antiestatismo muitas vezes simplista enunciado em nome da crença na espontaneidade da sociedade civil.

Não é de se estranhar que este libertarianismo encontre, 40 anos depois, o liberalismo puro e duro. De fato, a ocupação do centro pelos verdes tem tudo para ficar. Ela vem a calhar para um eleitorado que um dia votou na esquerda, mas que gostaria de um discurso mais “moderno”. Um discurso menos centrado em conflitos de classe, problemas de redistribuição, precarização do trabalho e mais centrado em “nova aliança”, “visão integrada” e outros termos que parecem saídos de um manual de administrador de empresas zen. Alguns anos serão necessários para que a nova aliança se mostre como mais uma bolha<sup>38</sup>.

Mesmo àqueles que não concordam com o diagnóstico de Vladimir Safatle, é difícil não reconhecer o poder de sedução do jargão *flower power* do capitalismo do século XXI que, recheado de visões *holísticas e sistêmicas*, ressoa sem sentir-se deslocado,

---

<sup>36</sup> Os corretores da *Folha de São Paulo* parecem não ter gostado da sigla do partido, que, em verdade, é MoDem - Mouvement Démocrate.

<sup>37</sup> SAFATLE, 2010.

<sup>38</sup> Ibid.



seja no discurso de um operador de mesa de câmbio que vai ao trabalho de bicicleta, seja na pregação mística de uma comunidade *haribol* fincada na Chapada dos Veadeiros. De lado a lado, os aforismos de um Lao Tse são presença constante nas leituras de cabeceira. E a ambos o Estado soa como uma estrutura arcaica, inerentemente corrupta, e a violar, portanto, a harmonia sistêmica. “Pense globalmente, aja localmente” nada mais é, portanto, que a máxima smithiana do padeiro<sup>39</sup> agora travestida de imperativo categórico – aquele mesmo que Eichmann tanto nos ajudou a assimilar. No novo milênio, a mão invisível agora é eticamente determinada, algo que, em lugar de alterar sua substância, apenas reforça-a. Afinal, o preceito de que todos se beneficiam se cada um fizer sua parte tem agora o ato individual elevado à condição de dever. E o ambiente no qual opera tal preceito continua o mesmo: o mercado.

Fica fácil compreender, portanto, porque para entendermos o encanto da obra de Ignacy Sachs devemos penetrar em seu arcabouço epistemológico. Nitidamente tributário da Teoria dos Sistemas, veremos como neste arcabouço represam-se igualmente as formas de um mundo que tem urticárias toda vez que são mencionadas narrativas explicativas de cunho estrutural e totalizante. Contradição esta que também robustece os próprios encantos da narrativa sistêmica, ela mesma uma teoria que se pretende totalizante, mas que, expulsando quaisquer ontologias, toma pé a partir de figuras concretas, palatáveis e, principalmente, individualizadas. Mas como Sachs não trata do tema diretamente, resgatemos primeiramente o percurso que nos conduz aos seus alicerces.

Basta uma rápida passada de olhos pela bibliografia pertinente para ficar evidente que não há estudo sobre Teorias dos Sistemas que não parta dos escritos de Ludwig von Bertalanffy. E sua própria trajetória já nos diz muito sobre o que vem a ser o

---

<sup>39</sup> Nunca é demasiado lembrá-la: “o homem necessita sempre da ajuda dos seus semelhantes e não pode esperar que estes lha deem por mera bondade. Ser-lhe-á mais fácil consegui-la se puder explorar a seu favor o amor-próprio dos outros e lhes puder demonstrar que têm vantagem em fazer por ele aquilo que lhes é pedido. [...] *Dê-me o que quero, e terá aquilo que deseja.* [...] É assim que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é por generosidade que o homem do talho, quem faz a cerveja ou o padeiro nos fornecem os alimentos; fazem-no no seu próprio interesse.” (SMITH, 1978 [1776], p.14).

cerne epistemológico da criação deste austríaco radicado nos EUA a partir da década de 1950. Sua tese de doutorado foi orientada tanto pelo pós-kantiano Robert Reininger como por Moritz Schlick, figura de liderança no Círculo de Viena. Mas as raízes mesmas de seu trabalho estão na adaptação que Wolfgang Köhler<sup>40</sup> fez do conceito de *Gestalt*, aplicando-o também a problemas físicos, e nos trabalhos do matemático Alfred Lotka<sup>41</sup> sobre uma *general systemology*. Estes créditos, aliás, são reconhecidos pelo próprio Bertalanffy<sup>42</sup>, ao tratar das origens de sua abordagem “organísmica” na biologia, que visava abordar o organismo como uma totalidade ou como sistema. Suas teorias foram largamente atacadas nos anos 30 e 40 – notadamente as analogias entre sociedade e organismo – por serem consideradas reducionistas, escamoteando as diferenças reais dentro do objeto em questão, no caso, a sociedade. Mas Bertalanffy não se abalara, e considerava que

[...] estas objeções não atingiam o alvo no que diz respeito à natureza da teoria dos sistemas, a saber, a tentativa de uma interpretação e uma teoria científica em assuntos nos quais anteriormente não existiam, e chegar a uma generalidade mais alta do que a das ciências especiais<sup>43</sup>.

E, de fato, conforme outros campos do conhecimento fundados em premissas análogas se difundiam – tais como a cibernética, a partir do trabalho de Norbert Wiener<sup>44</sup>; a teoria da informação, a partir dos trabalhos de Shannon e Weaver<sup>45</sup>; e a teoria dos jogos, a partir dos trabalhos de von Neumann e Morgenstern<sup>46</sup> –, conceitos como retroação e auto-regulação povoavam, aos poucos, os tratados das chamadas ciências biossociais<sup>47</sup>, das quais a ecologia é o primo mais proeminente.

<sup>40</sup> KÖHLER, W. *Die physischen Gestalten in Ruhe und im stationären Zustand*. Braunschweig: Vieweg, 1924 apud DRACK, 2008, p.3.

<sup>41</sup> LOTKA, A.J. *Elements of Physical Biology*. Baltimore: William & Wilkins, 1925 apud DRACK, 2008, p.3.

<sup>42</sup> BERTALANFFY, 1975, p.31.

<sup>43</sup> BERTALANFFY, 1975, p.32.

<sup>44</sup> cf. WIENER, Norbert. *Cybernetics: or control and communication in the animal and the machine*. Paris: Hermann & Cie; Massachusetts: MIT Press, 1948.

<sup>45</sup> cf. SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. *The Mathematical Theory of Communication*. Urbana: The University of Illinois Press, 1949.

<sup>46</sup> cf. VON NEUMANN, John; MORGENSTERN, Oskar. *Theory of games and economic behavior*. Princeton: Princeton University Press, 1944.

<sup>47</sup> BERTALANFFY, 1975, p.28-33.

De fato, os frutos de Bertalanffy tiveram vasta penetração. Estudos sobre poluição, trânsito etc, rapidamente adotaram o jargão do “enfoque sistêmico”. Nas humanidades, a ojeriza, em certas áreas, a leis socioculturais também forneceu terreno fértil para a difusão da Teoria dos Sistemas, notadamente os campos do conhecimento radicalmente dependentes de narrativas estruturantes, como a História. Para Bertalanffy, a vantagem do enfoque sistêmico na ciência de Clio decorre do fato de que, nela, “parece que somos vítimas de ‘forças históricas’, qualquer que seja o significado desse termo”<sup>48</sup>, ao que a noção de sistema nos permitiria romper essa abstração, construindo as devidas teias de interações que levam a que as ações individuais – as quais, sozinhas, não fazem história – conformem um todo que é radicalmente distinto da mera somatória das partes.

Filósofos como o argentino Mario Bunge elevaram ainda as ideias de Bertalanffy à categoria de filosofia, numa feição inclusive bastante belicosa, de confronto incessante contra o existencialismo, a fenomenologia etc. Como filosofia da ciência, o *sistemismo* também não poupou o que considerava, sob seu ponto de vista, como pseudociência, como a psicanálise. A própria ciência, como esperado, passou a ser entendida como sistema, em reflexões nas quais podemos trocar tranquilamente a categoria *cientistas* por biotas, como nestes exemplos de análises, de Mario Bunge:

O que foi dito até aqui pode ser resumido nas seguintes proposições: (a) a Ciência, considerada como um conjunto de ideias, é um sistema conceitual, e toda ciência particular é um subsistema deste sistema; (b) a comunidade científica internacional é composta por subsistemas de diversos tipos: associações internacionais, regionais e locais e por comunidades científicas mistas em nível local, nacional e regional<sup>49</sup>.

Consequentemente, o estado em que se encontra cada ciência especial depende do estado das outras ciências [...] A interdependência das ciências particulares se reflete na sua evolução: cada uma delas coevoluciona com as demais<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> BERTALANFFY, 1975, p.24.

<sup>49</sup> BUNGE, 1980, p.46.

<sup>50</sup> BUNGE, 1980, p.42.

Para cancelarmos a enorme dívida social e ao mesmo tempo reduzirmos a dívida ecológica, temos que explorar o paradigma do “B ao cubo”: bio-bio-bio” (p.30). Biodiversidade, biomassa e biotécnicas.

“[...] biodiversidade envolve também os ecossistemas e as paisagens; [...] a biodiversidade e a diversidade cultural estão entrelaçadas no processo histórico de co-evolução” (SACHS, 2002, p.31)

“Necessitamos, portanto, de uma abordagem holística e interdisciplinar, na qual cientistas naturais e sociais trabalhem juntos em favor do alcance de caminhos sábios para o uso e aproveitamento dos recursos da natureza, respeitando a diversidade” (SACHS, 2002, p.31-32).

“O uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente ficadas no ambiente natural” (SACHS, 2002, p.32, grifo nosso).

Digrama 5 F. Biomassa ao centro. Food, feed (suprimentos), fuel, fertilizers e feedstock (ração animal industrializada). Os usos das biomassas seriam otimizados pela combinação adequada dos 5Fs, “[...] em sistemas integrados de alimento-energia adaptado às diferentes condições aroclimáticas e socioeconômicas” (SACHS, 2002, p.32-33, grifo nosso). Discussão presente no quadro do Food-Energy Nexus Programme, promovido pela ONU.

“[...] os países tropicais, de modo geral, e o Brasil, em particular, têm hoje uma chance de pular etapas para chegar a uma moderna civilização de biomassa, alcançando uma endógena 'vitória tripla', ao atender simultaneamente os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, os três pilares do desenvolvimento sustentável” (SACHS, 2002, p.35, grifos do autor).

“O estudo de sistemas de produção integrada, adaptados às condições locais, deve prosseguir em diferentes escalas de produção, desde a agricultura familiar aos grandes sistemas comerciais. Ambos têm lugar em uma estratégia de desenvolvimento sustentável” (SACHS, 2002, p.39).

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, de 1972, em Estocolmo, precedida pelo encontro Founex, em 1971, implementado pelos organizadores de Estocolmo para discutir, pela primeira vez, as dependências entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Culminaram, 20 anos depois, com a Eco 92. (SACHS, 2002, p.48).

“À ética imperativa da solidariedade sincrônica com a geração atual somou-se a solidariedade diacrônica com as gerações futuras e, para alguns, o postulado ético de responsabilidade para com o futuro de todas as espécies vivas na Terra” (SACHS, 2002, p.48).

Em Estocolmo, duas posições diametralmente opostas foram assumidas: the cornucopians and the doomsayers. Previam abundância e os catastrofistas (SACHS, 2002, p.50).

Aos primeiros, preocupações com o meio ambiente inibiriam os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização. Aceleração do crescimento era a prioridade. Os outros “anunciavam o apocalipse para o dia seguinte, caso o crescimento demográfico e econômico [...] não fossem imediatamente estagnados” (SACHS, 2002, p.51). Os primeiros eram a versão do crescer o bolo para limpar o meio ambiente depois.

Em Founex e em Estocolmo “uma alternativa média emergiu entre o economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico. O crescimento econômico ainda se fazia necessário. Mas ele deveria ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória da natureza ao

PIB. [...] De modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. [...] O paradigma do caminho do meio, que emergiu de Founex e do encontro de Estocolmo, inspirou a Declaração de Cocoyoc, em 1974, e o influente relatório What Now , em 1975” (SACHS, 2002, p.52-53). Que trata de um desenvolvimento endógeno, auto—suficiente, orietnado para as necessidades, em lugar de direcionado pelo mercado, em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais.. Ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável são a denominação para a mesma coisa. (SACHS, 2002, p.54). SACHS, Ignacy. (1986). Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice.

Traduzido de diversos artigos em francês e inglês organizados e reformulados pelo autor para a edição brasileira. SACHS, Ignacy. (1993). Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel.

Fala dos desafios da ECO-92 e os resultados da cúpula da terra. “maior encontro intergovernamental de alto nível jamais realizado em nosso planeta” (SACHS, 1993, p.57). A CNUMAD e o Grande Encontro da Terra foram assistidos por representantes de mais de 180 países, incluindo 105 chefes de Estad.

Abordagem interdisciplinar como solução para superação (SACHS, 1986, p.35). Recheado de de digramas sistemicos.

A questão das estruturas do cotidiano e a crise. Disseca o cotidiano em: tempo de trabalho; tempo de atividade não econômica ,mercado de trabalho formal, mercado de trabalho informal, renda monetária, consumo de bens e serviços mercantis, consumo de bens e serviços autoproduzidos no setor doméstico, consumos de bens e serviços autoproduzidos coletivamente no setor da economia social e prestações de serviços fornecidas

pelo Estado-protetor. Faznedo o que ele disse ser uma abordagem integrada entre a sociologia e a economia (SACHS, 1986, p.122-123). “O que deve fazer um planejador para conciliar no planejamento a lógica das necessidades com a lógica do mercado e aprender a raciocinar diretamente sobre os valores de uso, e não unicamente sobre os valores de troca? Com introduzir o qualitativo ao lado do quantitativo?” (SACHS, 2009, p.230-231). Refletindo sobre a preparação de Estocolmo.

Mas é certo que o ponto que resulta em maiores e mais perturbadoras implicações diz respeito ao processo subjetivo de homogeneização e simplificação do mundo, engendrado pela globalização. O pensamento econômico moderno tenta “... simplificar o mundo até um nível que faz com que qualquer tipo de afirmação seja quase que incontroversa e amplamente aceitável dentro da estrutura de uma “racionalidade superior” [...] os economistas neoclássicos aperfeiçoaram um sistema totalmente autônomo de pensamento, que é auto-referente e auto-explicativo. Além disso, a economia conseguiu manter a pretensão de “neutralidade”, através da simplificação de seu campo de estudo, do comportamento humano e das formas sociais” (Muzio, 1999, p.135).

E é justamente no coração do processo de globalização que se encontram os dois conceitos formadores dessa ideologia econômica moderna, também conhecida como economia neoclássica. São os conceitos de escala e de utilidade individual.

O primeiro está relacionado à noção das economias de escala, onde se assevera que, quanto maior a dimensão da produção ou das quantidades produzidas, maior será a eficiência total e mais baixos serão os custos. Este é o principal pressuposto com base no qual cresceu a indústria moderna. O segundo conceito descreve a essência do comportamento dos indivíduos como sendo o esforço para maximizar a quantidade e o conjunto de produtos materiais que satisfarão suas necessidades pelo menor custo possível.

Tomados em conjunto, os dois conceitos são importantes porque, em primeiro lugar, ambos se baseiam na idéia de que a quantidade é a única dimensão que importa e, portanto a quantidade pode ser tomada como um indicador para se medir o sucesso individual e o sucesso do sistema como um todo. Em segundo lugar, porque a idéia de utilidade é o fundamento para um sistema unificado de preferências, onde se enfoca apenas bens materiais tangíveis e outros itens de consumo monetário, e onde não se admite alternativas. É aqui então que se revela o processo de homogeneização do mundo em função da face atual do desenvolvimento globalizado (Muzio, 1999, p.136).

Em termos semióticos, a imagem de mundo como um globo é muito recente e envolve, pois, a visão de um mundo visto de fora.

A perspectiva global é, portanto, uma criação imaginária, em contraste com a imagem experienciada daquela porção do mundo que a maior parte dos indivíduos humanos ganharia em função de sua presença na Terra. O globo é, assim, objetivado e destacado do domínio da experiência vivida” (Muzio, 1999, p.137).

Consequentemente, a perspectiva local passa a ser tida como retrógrada e inferior à perspectiva global. “Deste modo, uma visão que está enraizada no indivíduo enquanto conectado a seu mundo é paradoxalmente considerada ilusória e incompleta, enquanto a visão global - que somente pode ser obtida abstraindo-nos do mundo, e, em última análise, deixando-o para trás - é considerada como sendo real e total” (Muzio, 1999, p.138).

Tem-se então que a tentativa de obliterar a dimensão local por meio do globalismo significa a eliminação da multiplicidade de visões e de padrões co-evolucionários, reduzindo-se a visão do mundo a uma única visão global unificada e, assim, fortalecendo a instauração de um único código unificador do comportamento humano e abrindo caminho para a realização do sonho definitivo de economias globais de escala.



Como resultado deste processo, o "modelo econômico" alcança sua perfeição que não é somente descrever o mundo, mas efetivamente governá-lo. E esta é a essência mesma do paradigma moderno de desenvolvimento e de progresso do qual a globalização representa o estágio supremo de perfeição (Muzio, 1999, p.138).

Sob este prisma, o fenômeno da globalização é totalmente coerente com as premissas da ideologia econômica que vem se afirmando como a forma dominante de representação do mundo ao longo dos últimos 100 anos. Uma forma de representação adequada a uma modernidade que emergiu sob o signo do individualismo.

Nesse sentido, o movimento neoliberal, e a reafirmação do indivíduo pela economia neoclássica, são coerentes com o projeto inicial da modernidade.

O Estado de Bem-Estar bem que tentou criar uma institucionalidade contemporânea forjada, se não sob o signo do coletivo, pelo menos sob o signo da segurança, ao invés do signo do contrato mercantil.

Mas o que se assiste hoje é o retorno ao indivíduo com a prevalência exclusiva do mercado como a única instituição reguladora, tanto da alocação dos recursos econômicos como das relações sociais e da sociabilidade em sentido geral. Mesmo que o mercado enquanto instituição nada tenha de uma mera soma de vontades individuais, embora este seja o pressuposto da teoria neoclássica.

O que se vê é que a esfera pública – seja a de Hegel ou a de Habermas - aparece como a constituição de um espaço de sujeitos privados que assim se demarcam em relação ao Estado. Mas trata-se de uma esfera pública burguesa..

\*

Para responder a tal pergunta o presente artigo pretende, primeiro, reconstruir o próprio conceito de desenvolvimento sustentável, que tem sua origem na ideia

de ecodesenvolvimento, cunhada na Conferência de Estocolmo, em 1972, por Maurice Strong. Contudo, mais do que a sua importante origem, fundada sempre no jargão dos organismos multilaterais, será o polimento teórico de Ignacy Sachs um dos focos principais deste artigo. Afinal, mesmo após a transmutação do termo ecodesenvolvimento, que passa, nos anos 1980, a povoar os documentos oficiais como desenvolvimento sustentável, sua essência continua a mesma, e inescapável de seu grande teórico, Ignacy Sachs.

Sua abordagem epistemológica, com origem na seara aberta pelos trabalhos de Ludwig von Bertalanffy, leva ao liberalismo sua própria salvação, ainda que de forma involuntária. Afinal, a teoria dos sistemas vai permitir que se fragmente epistemologicamente a questão ambiental, tirando de cena qualquer noção, marxista ou não, de estrutura e, portanto, retirando do modo de acumulação capitalista o fardo e a responsabilidade pelos males do planeta. Na abordagem do Prof. Sachs, as esferas cultural, social, econômica, espacial e ambiental constituem sistemas com leis próprias, ainda que haja pontos de retroalimentação entre cada uma das esferas. Ou seja, etender a catástrofe ambiental passa a ser destrinchar cada um de seus sistemas, e a responsabilidade que a cada um deles podemos atribuir pelo resultado global que se desdobra de suas interações.

Entra em cena, portanto, a responsabilidade individual, fator igualmente importante na teia sistêmica. E, convenhamos, ser contra os direitos humanos e não admitir sua parcela de responsabilidade na direção da sociedade é pecado digno de excomunhão. Sob esse novo consenso, pululam, nos documentos dos organismos multilaterais, soluções contra a catástrofe ambiental lastreadas na economia neoclássica. Os principais paradigmas de internalização das externalidades são assim retomados no artigo, todos eles centrados na problemática da valoração dos bens ambientais, ou seja, como internalizar o meio ambiente à racionalidade de equilíbrio entre custo marginal e receita marginal, grande coqueluche das receitas de políticas públicas dos últimos 30 anos.

Reconstruído o panorama no qual a ideia de desenvolvimento sustentável toma corpo e passa a pautar a agenda multilateral, o artigo se volta para o indivíduo, e a forma pela qual a ideia se interverte em ideologia liberal. Para tanto, Slavoj Žižek nos fornece a pista. Numa adaptação do velho mote freudiano do mal-estar na civilização, o artigo tenta reconstruir as estruturas de sublimação que permitem ao indivíduo o conforto, o gozo, apesar do todo claustrofóbico. Como reconstruir um questionamento à propriedade sem atentar contra ela, como contruir um questionamento à manipulação genética, ao domínio da natureza, sem atentar contra a lógica da acumulação, e como construir um questionamento à catástrofe ambiental sem questionar seu fundamento estrutural?. A própria raiz de fragmentação epistemológica, dada na raiz do conceito ecodesenvolvimento, encontra assim seu ninho de conforto, alojado num novo ethos liberal, o do individualismo responsável.

## **2. SOBRE OS CONCEITOS DE ESTRUTURA E DETERMINAÇÃO EM MARX, PARA UMA AVERIGUAÇÃO DAS NUANÇAS DE FORMA**

Dissecar um autor sob o ponto de vista materialista é recurso corriqueiro nas ciências humanas. Menos comum, no entanto, é o acerto em tal empreitada. No afã pela explicitação da estrutura social que pulsa sob a epiderme das teorias e visões de mundo, a vivisseção perpetrada pelo Intelectual muitas vezes resulta em órgãos retalhados e mutilados repousando sobre a escrivaninha. Irreconhecíveis, não se sabe mais se eles correspondem de fato à anatomia do autor pesquisado. Mas não importa. Nesta modalidade de filosofia forense, o que importa é identificar traços, ainda que suaves, do DNA da estrutura social. Se presentes, a prova do caráter determinante da mesma é dada como irrefutável.

Na longeva árvore genealógica do materialismo histórico, infelizmente não são poucos os galhos acometidos por esse ranço determinista. A certa altura, pensou-se poder preservar a solidez da árvore ao isolar certos galhos, tidos como vulgares. Infelizmente, a praga é resiliente, e muitos não se deram conta de que mesmo aqueles ramos tidos como saudáveis – para alguns, apenas os postados no lado ocidental da árvore – também flertavam há muito com disseções deterministas.

A semente dessa árvore exótica – para encerrarmos essa enfadonha metáfora botânica –, formada por galhos que mais parecem enxertos de espécies distintas, é, em grande medida, o famoso Prefácio de Marx em *Para a Crítica da Economia Política*. Claro que se pode argumentar que passagens-chave para a tradição do materialismo histórico já estão presentes desde 1844 na obra de Marx, notadamente n' *A Ideologia Alemã*. No entanto, como é público e notório, as grandes obras de Marx desse período (com ou sem a colaboração de Engels) ou foram publicadas somente no século XX ou foram um fracasso de circulação, seja por boicotes editoriais, seja por desinteresse da militância de então – intelectual ou não. Tal não ocorre com *Para a Crítica da Economia Política*, que teve forte

impacto desde o início. E, talvez por isso mesmo, dele se originem algumas das passagens mais citadas de Marx, notadamente quando se pretende tecer comentários sobre uma teoria da história. Retomemos, pois, seus melhores momentos:

[...] relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais da vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil” (*bürgerliche Gessellschaft*), seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa (*bürgerliche Gessellschaft*) deve ser procurada na Economia Política<sup>51</sup>.

Antes de prosseguir com as demais passagens canônicas, convém ressaltar que a tradução para o português, na edição consultada (da Coleção “Os Pensadores”), foi um tanto infeliz nessa passagem, acabando por fazer uma construção um tanto truncada, que acabou por isolar a última oração do resto da frase, complicando assim o entendimento.

No original temos:

[...] daß Rechtsverhältnisse wie Staatsformen weder aus sich selbst zu begreifen sind noch aus der sogenannten allgemeinen Entwicklung des menschlichen Geistes, sondern vielmehr in den materiellen Lebensverhältnissen wurzeln, deren Gesamtheit Hegel, nach dem Vorgang der Engländer und Franzosen des 18. Jahrhunderts, unter dem Namen "bürgerliche Gesellschaft" zusammenfaßt, daß aber die Anatomie der bürgerlichen Gesellschaft in der politischen Ökonomie zu suchen sei<sup>52</sup>.

Ou seja, o sentido da frase é de que as relações jurídicas, como *formas* de Estado, estão enraizadas nas condições materiais da vida, naquilo que Hegel resumiu sob a totalidade chamada “sociedade civil”. Por isso mesmo, essas relações jurídicas não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do desenvolvimento geral do espírito humano. Mas isso, para Marx, é simplesmente procurar a anatomia da sociedade civil na Economia Política. Voltaremos a esse ponto mais tarde.

Prosseguindo com os destaques do *Prefácio* de Marx:

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações **determinadas** [bestimmte], necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa **determinada** [bestimmten] de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma

<sup>51</sup> MARX, 1978 [1859], p.129.

<sup>52</sup> MARX, 1961, p.8.

superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais **determinadas** [bestimmte] de consciência. O modo de produção da vida material **condiciona** [bedingt] o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que **determina** o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que **determina** [bestimmt] sua consciência<sup>53</sup>.

Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção<sup>54</sup>.

Ressaltei no texto as flexões de *determinação* [Bestimmung] e *condição* [Bedingung] porque são esses os conceitos-chave apropriados pelas mais diferentes tradições do materialismo histórico. E se o propósito deste trabalho fosse o de fazer um exaustivo balanço sobre os usos e apropriações daquilo que cada geração do marxismo compreendeu por materialismo histórico, sem dúvida seriam esses os conceitos a ressurgir incessantemente, página após página – ao lado, claro, da noção de estrutura, com infra e super. Mas não pretendo tal sobrevoos, algo que, mesmo sem muita imaginação, podemos logo perceber que demandaria uma tese inteira. Ater-me-ei, pois, apenas a alguns casos emblemáticos e atabalhoadamente agrupados.

## 2.1. O MATERIALISMO VULGAR

Ironia da história, talvez tenha sido Engels quem cunhou, ou ao menos popularizou o termo materialismo vulgar, que aparece já em algumas das cartas trocadas com Marx<sup>55</sup>, sendo empregado para designar, criticamente, aqueles que não reconhecem o mundo sensível como uma categoria da história. E, no entanto, será a própria herança de leitura e sistematização perpetrada por Engels uma das responsáveis por aquilo que, ao longo do século XX, denominou-se materialismo vulgar, qual seja uma visão determinista e economicista das relações entre estrutura e infraestrutura. Não pretendo aqui divagar sobre o verdadeiro grau de responsabilidade de Engels neste imbróglio, o que envolveria uma leitura

<sup>53</sup> MARX, 1978 [1859], p.129-130, grifos nossos.

<sup>54</sup> Ibid., p.130.

<sup>55</sup> Já em 1846, por exemplo, Engels usa o termo em carta a Marx (v.ENGELS, 1975).

mais cuidadosa, por exemplo, de seu *Dialética da Natureza*<sup>56</sup>. Se bem que uma obra que pretende debater filosofia da ciência a partir do arsenal da dialética pode ser prontamente indiciada como suspeita. Mas não, aos limites deste trabalho me interessa tão-somente apontar algumas interpretações emblemáticas dessa conturbada família do materialismo histórico. Os rastros de autoria do crime ficam para um próximo texto. Até porque não é justo apontar culpados num processo onde a apropriação teórica do que vem a ser materialismo histórico esteve muito mais associada à luta política interna do próprio marxismo do que a um debate intelectual – de resto, algo muito próprio de um campo de interpretação que se pretende uma totalidade indissociável da práxis. E foi logo após a eclosão da Primeira Guerra que tal embate se aguçou. O rompimento de Lenin com a Internacional (que, até então, não era denominada de Segunda), dias após a eclosão da guerra, de certa forma marca o surgimento da hierarquia das Internacionais – uma delimitação que passará a constar dos escritos dos marxistas europeus de então<sup>57</sup>.

Ou seja, a disputa intelectual sobre a interpretação e a apropriação dos escritos de Marx vai se dar, de fato, “no curso de uma luta política e ideológica marcada pela disposição de edificar continuidades e fraturas no âmbito das tradições do movimento operário internacional”<sup>58</sup>. O campo do marxismo vai produzir assim sua própria versão do velho embate “nós” e os “outros”. Afirmar a identidade marxista passa a envolver negar ao outro seus alegados traços marxistas. A experiência da alteridade aqui, como se sabe, logo caminhará para os *gulagui*<sup>59</sup>. Mas antes disso o embate envolverá a afirmação do marxismo como sendo apenas aquele da Terceira Internacional, sendo negada “drástica e

---

<sup>56</sup> v. ENGELS, 1940 [1883].

<sup>57</sup> ANDREUCCI, 1982, p.16.

<sup>58</sup> Ibid., p.16.

<sup>59</sup> Plural de *gulag*, aos que, como eu, são ignorantes em russo.

peremptoriamente” aos marxistas da Segunda Internacional “o próprio direito de se definirem como marxistas”<sup>60</sup>.

Quem esmurrou primeiro foi Lenin, conhecido por sua luta sem trégua contra Plekhanov, Kautsky e demais, que teriam, segundo ele, “envilecido e desnaturado o marxismo”<sup>61</sup>. Fulminante, e de rápida difusão e aceitação, foi a categorização feita por Lenin a respeito da Segunda Internacional. Seus membros dividir-se-iam em: oportunistas; ortodoxos; e de esquerda. O critério de demarcação, como não poderia ser diferente, era o grau maior ou menor de sangue revolucionário nas veias intelectuais de cada qual. Os oportunistas, claro, seriam os reformistas pragmáticos. A esquerda, bem representada pelos bolchevistas, recebia olhares indulgentes. E os ortodoxos, como Kautsky, seriam os responsáveis pela deformação do marxismo, seja pela atenuação, seja pelo alegado repúdio presente em suas ideias do caráter revolucionário do marxismo. Obviamente, não tardou para que esses fossem tão-somente classificados como oportunistas. Alcinha esta sublinhada por Stalin em suas aulas na Universidade de Sverdlov, em 1924, que atribuía à Segunda Internacional o soterramento das ideias de Marx e Engels<sup>62</sup>.

Mas o que, afinal, era então considerado marxismo e o que era renegado?

Ser um marxista’ inclui necessariamente a crença de que o marxismo é uma espécie de ciência: ou seja, uma axiomática, um *organon*, um corpo de conhecimentos e procedimentos distintivos [...]. Toda ciência, contudo, projeta não só uma ideologia, mas um certo número de possíveis ideologias, e isso tem de ser entendido em um sentido positivo: ideologia como a teoria operacional de uma prática específica, como se fosse a ‘filosofia’ desta última, e o conjunto de valores e visões que a mobilizam e lhe conferem uma ética e uma política (assim como uma estética). Os diversos marxismos – pois há muitos, e notoriamente incompatíveis entre si – não são outra coisa senão: as ideologias locais de uma ciência marxiana na história e em situações históricas concretas, que estabelecem não só suas prioridades, mas também seus limites. Dizer, portanto, que o marxismo de Lênin, ou de Che, ou de Althusser, ou de Brecht [...] é ideológico significa, agora, simplesmente, no sentido crítico do

<sup>60</sup> ANDREUCCI, 1982, p.17.

<sup>61</sup> LENIN, V. I. *Opere*. Roma: Editori Riuniti, 1966, apud ANDREUCCI, 1982, p.18.

<sup>62</sup> ANDREUCCI, op. cit., p.19.



termo, que cada um é específico de uma situação, a ponto de abranger as determinações de classe e os horizontes cultural e nacional de seus proponentes<sup>63</sup>.

E mesmo aceitando a definição de Jameson de ideologia enquanto “teoria operacional de uma prática específica”, não nos descolamos daquele movimento onde a totalidade concreta produz não apenas conhecimento, mas história. Dito de outra forma, cada marxismo, enquanto ideologia específica de situações históricas, é também *praxis* local da ciência marxiana na história.

E se a *praxis* de cada marxismo – sendo específica de situações históricas concretas – se diferencia das demais por “abranger as determinações de classe e os horizontes cultural e nacional de seus proponentes”, então falar em *praxis conservadora* não é necessariamente um absurdo lógico<sup>64</sup>. Basta-nos identificar um tal tipo de marxismo pelo qual ela se define.

## 2.2. O MARXISMO SMITHIANO

Marx, quando se referia à Índia, demonstrava confiar que a expansão de capitais desenvolveria a periferia. Rosa Luxemburgo afirmava a inevitabilidade da expansão capitalista à escala mundial e a conseqüente industrialização dos países que formavam a “retaguarda do capital”. Hilferding acreditava que as taxas de juros diferenciais levariam à exportação de capitais para a periferia. E Bukharin e Lenin diziam que a exportação de capitais é uma condição inerente à expansão imperialista – embora o Lênin de 1920 afirmasse que as conseqüências progressistas do capitalismo não fossem notadas nas colônias como um todo. Lidos assim, sem negatividade, não à toa levam água ao marxismo de quem afirma que:

---

<sup>63</sup> JAMESON, 1997, p.19.

<sup>64</sup> Ainda que uma contradição em termos.

Não se encontrou outro modo de produzir que fosse capaz de oferecer mais bem-estar. A falência do socialismo real levou a uma constatação de que tentar alterar o modo de produzir não resolve o problema. A opção é tentar aumentar o bem-estar sem alterar o modo de produzir.<sup>65</sup>

Ou seja, o ajuste em função da ausência de negatividade é tamanho que a *praxis conservadora* não é apenas um marxismo industrializante, mas um passo além.

Pois em um artigo publicado em 1977, na *New Left Review*, Robert Brenner<sup>66</sup> cunhou um termo que, com o devido deslocamento, me parece bastante adequado para se definir tal marxismo: marxismo smithiano<sup>67</sup>.

Empreendendo uma crítica às análises sobre o desenvolvimento capitalista de Paul Sweezy e Wallerstein, Brenner os condena por terem erigido uma teoria que, em seus aspectos centrais, é o espelho da tese que pretendiam suplantam, qual seja as assunções do modelo de desenvolvimento de Adam Smith.

Em Adam Smith, o desenvolvimento da riqueza de uma nação é função do grau da divisão do trabalho. Sua proposição fundamental é de que a emergência de uma divisão do trabalho baseada na troca determinará o desenvolvimento econômico através do incremento da especialização e, por consequência, da produtividade do trabalho<sup>68</sup>.

E, segundo Brenner, Sweezy e Wallerstein – implícita ou explicitamente – equiparariam o capitalismo à divisão do trabalho baseada na troca. Dessa forma, eles acabariam por compreender a dinâmica própria da acumulação via inovação como sendo função dos imperativos da troca no mercado e dos efeitos produtivos da especialização. E, como resultado, a discussão sobre a transição do feudalismo para o capitalismo acabaria por assumir uma feição na qual o surgimento das relações de classe tipicamente capitalistas não é mais a base do desenvolvimento capitalista, mas seu resultado. Daí a alcunha de marxismo neo-smithiano.

---

<sup>65</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. In: SCHWARTZ, 2003, p.270.

<sup>66</sup> Cf. BRENNER, 1977.

<sup>67</sup> Em verdade, o termo de Brenner é marxismo neo-smithiano. Aos nossos propósitos, basta smithiano.

<sup>68</sup> Cf. SMITH, 1979 [1776].

Contudo, aqui nos interessa reter um aspecto um tanto mais simples de um marxismo que contenha parentescos com Adam Smith. Nesse último, é evidente a visão emancipatória do capitalismo, pois em seu modelo o desenvolvimento do comércio e da divisão do trabalho inevitavelmente levam ao desenvolvimento econômico. Mas nisso não reside nenhuma necessidade de nova alcunha, pois disso já dá conta o termo marxismo industrializante.

No entanto, em Adam Smith essa falta de negatividade também vem acompanhada de um outro espírito que, em si mesmo, dá bem o tom da diferença. O jovem de Kirkcaldy é ele mesmo o espírito da Glasgow de sua época, o espírito do Iluminismo<sup>69</sup>.

É esse portanto o sentido que aqui se pretende abarcar pelo termo marxismo smithiano. Um marxismo que não apenas encara o desenvolvimento capitalista com absoluto déficit de negatividade, mas que também se julga ele mesmo portador do Conceito<sup>70</sup>.

Que seja possível caracterizar a *dependência* enquanto uma *praxis conservadora* e referi-la a um marxismo que se define por smithiano, parece não haver dúvidas. Contudo, demonstrar a existência de um fenômeno não nos isenta de outra questão, ainda mais fundamental. Por que ele existe? Por que essa configuração específica de uma *praxis conservadora*? Por que esse movimento de um pensamento que se apropria criticamente do vivido para resignar-se a ele?

Ou ainda, por que a *dependência*, enquanto totalidade concreta e enquanto *praxis conservadora*, tornou-se o concreto por excelência na periferia do sistema? Um concreto que dá conta de como as contradições fazem avançar o capital, de como se abrem as janelas ao desenvolvimento capitalista da periferia, sem, contudo, dar conta de que também há interversão logo ali na esquina.

---

<sup>69</sup> A figura kojéviana do Intelectual enquanto figura do Espírito será melhor tratada adiante. E para uma visão do Adam Smith iluminista veja-se Ian Ross (1999).

<sup>70</sup> Luz-guia para o “Novo Renascimento”.

Tudo isso nada mais seria que sintoma do capital ele mesmo? A forma própria do capital em sua manifestação na periferia?

### 2.3. ESPÍRITO E FORMA

Se olharmos no olho do furacão, veremos que na origem de sua própria formação a necessidade do rompimento em relação a uma estrutura arcaica anterior (o feudalismo) dera ao capital também uma manifestação peculiar: o Iluminismo; crença no progresso da Razão, crença na necessidade de libertar-se de quaisquer peias, e a confiança da redenção ao final. Espírito adequado ao movimento do próprio capitalismo.

Mas ainda que a grande revolução de Marx tenha sido mostrar que as cambalhotas do Espírito não podem senão acompanhar as reviravoltas desencadeadas pelo movimento do capital, nos resta descobrir de que forma podemos ver o Espírito em movimento.

Eis aqui o grande pressentimento de Kojève<sup>71</sup> que, mirando no que viu acertou no que não viu. Em Kojève, o Intelectual é inserido como “categoria” inédita no hegelianismo, aparecendo como Figura do Espírito. Assim, como uma espécie de portador do Conceito, será menos no confronto entre as classes fundamentais do que no movimento dos Intelectuais que se buscará a raiz real da Dialética<sup>72</sup>.

Senão vejamos. O intelectual da gênese iluminista é alguém que paira entre as classes – não é um burguês, nem um nobre e, tampouco, plebeu –, alguém que sofre daquilo que Sartre definiu como descentramento socialmente produzido<sup>73</sup>. Dessa forma, ele é

---

<sup>71</sup> O rol de intelectuais que se iniciaram em Hegel via Kojève é intimidador (Sartre e Lacan, por exemplo). Contudo, na minha ignorância filosófica, empreendi apenas o movimento de se chegar a Kojève via Paulo Arantes. A aproximação direta com Hegel ainda é um horizonte distante.

Abrindo um pequeno parêntese, aos mais minuciosos talvez interesse saber que as traduções feitas por Paulo Arantes me pareceram melhores quando comparadas com a edição brasileira e, obviamente, cotejados com o original de Kojève.

<sup>72</sup> PRADO JR., 1996, p.12.

<sup>73</sup> apud ARANTES, 1996b, *passim*.

alguém que plana, que sobrevoa, que é puro pensamento e puro olhar<sup>74</sup>. Dito de outro modo, é o ponto de vista da Teoria que se presume assim liberado<sup>75</sup>.

Essa aparência desfrutável de uma classe que flutua por entre as demais, essa disponibilidade social, configura assim uma certa predisposição para a dialética. “Por isso o intelectual não só hesita, procura a nuance, como oscila e reflete no andamento volúvel da sua frase o balanço próprio da dialética”<sup>76</sup>. Um andamento que nada mais é que a configuração do entrechoque dos movimentos das classes sobre as quais ele plana. Ou seja, é ele mesmo a Dialética em movimento.

De algum modo a dialética própria dos intelectuais dá notícia da dialética do Iluminismo, além de concorrerem ambas, amalgamadas aos olhos desconfiados do ‘atraso’ alemão, para a suprema ambivalência da Revolução.<sup>77</sup>

A primeira dificuldade em se reconstruir o pensamento de Fernando Henrique Cardoso diz respeito ao caráter absolutamente esparso e confuso de sua obra. Quando percorremos seus artigos, notamos que muitos deles não passam de republicações ou traduções diferentes de um mesmo texto; algumas vezes apenas com alterações de título<sup>78</sup>.

A segunda dificuldade, de natureza um tanto menos científica, é suportar o fastio proporcionado por sua argumentação repetitiva<sup>79</sup>. Contudo, esse caráter recursivo de sua obra, onde os mesmos temas e a mesma linha de argumentação se repetem há mais de 40 anos, tem a vantagem de tornar ainda mais descabida toda aquela controvérsia em torno ao “esqueçam o que eu escrevi”<sup>80</sup>, reafirmando assim a plausibilidade da abordagem de sua obra como um todo coerente<sup>81</sup>.

<sup>74</sup> SARTRE apud ARANTES, 1996b, *passim*.

<sup>75</sup> ARANTES, 1996b, p.28.

<sup>76</sup> ARANTES, 1996b, p.29.

<sup>77</sup> ARANTES, 1996b, p.63.

<sup>78</sup> Por isso, em lugar de fazer uma longa lista cronológica de seus artigos, aproveitei-me das coletâneas onde eles foram republicados, ainda que em algumas delas eles se repitam. Tal opção não agride em nada os objetivos deste trabalho, visto que me interessa muito mais ressaltar a coerência da obra de Fernando Henrique do que as minúcias de sua constituição. Para os que tiverem interesse numa sistematização mais meticulosa de sua obra, o livro de Ted Goertzel (1999) contém uma extensa bibliografia selecionada e organizada cronologicamente.

<sup>79</sup> Neste aspecto, convém adiantar uma dicotomia que procurarei tratar mais adiante: a diferença entre *obsessão* e *obra*, análise empregada por Paulo Arantes (1996a, p.18) ao tratar do filósofo J. A. Giannotti.

<sup>80</sup> À primeira vista, pode-se entender essa controvérsia como algo dotado de um colorido muito mais político do que propriamente acadêmico. Contudo, lembro-me que na minha entrevista para a seleção do mestrado (onde estavam presentes, se não me falhe a memória, os professores Fernando Haddad, Gildo Marçal

Desta feita, essa recorrência constante aos mesmos argumentos nos dispensa da preocupação de situá-los historicamente. Sendo argumentos encontráveis tanto nas obras da década de 1960 como nas mais recentes, a dissecação estrutural de seu pensamento acaba por se resumir apenas à labuta do garimpeiro e do mosaicista<sup>82</sup>.

Por isso mesmo, o que nos interessa aqui não é repetir o que ele tem a dizer sobre o empresário, sobre o capital, sobre a luta de classes, ou sobre a dependência, amontoando fichamentos em capítulos mal ajambrados e, por certo, dispensáveis.

Aos propósitos desse trabalho, basta-nos identificar em suas obras essa estrutura de pensamento que se move por sobre tão diferentes temas sem, contudo, perder a coerência.

É claro que os tópicos aqui eleitos como determinantes em seu pensamento podem parecer arbitrários<sup>83</sup>. Alguns leitores de Fernando Henrique talvez julguem inexistente um ou outro tópico. Outros podem bradar que deixei de fora um terceiro. Contudo, como essa sistematização aqui empreendida não tem fim em si mesma, não creio que qualquer uma dessas possíveis falhas possa prejudicar o andamento geral do trabalho.

#### 2.4. FORMA E SINTOMA

---

Brandão, Álvaro de Vita, Paulo Sérgio Pinheiro, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Régis Andrade e Cláudio Vouga), ao tocar no assunto do projeto um dos professores, que não vem ao caso citar, bradou justamente o mote de que ele teria mandado esquecer o que escreveu.

Na verdade, segundo Fernando Henrique Cardoso, todo o mal entendido se deu em função de uma frase num encontro em São Paulo, num restaurante, quando ele ainda era ministro do exterior. Ele respondera a uma pergunta de Celso Lafer dizendo: “‘Celso, você, que escreveu tanto, sabe que, muitas vezes, quando se está numa função pública e vai se ver o que escreveu, conclui-se que não era bem assim’. A frase foi essa. Contada por terceiros, virou uma frase forte e contra mim.” (TOLEDO, 1998, p.172). E como já vinha sendo ventilada a idéia de que ele havia mudado de posição, foi um prato cheio para o Otávio Frias Filho.

<sup>81</sup> Uma proposta que também não é nenhuma novidade (cf. FIORI, 1998a; SINGER, 1998b; e CHAÚÍ, 1999).

<sup>82</sup> A própria republicação, em 1993, de artigos da década de 1970, exemplifica essa pertinácia.

<sup>83</sup> Limitei-me a poucos justamente para evitar descolar-me do essencial.

O enfoque epistemológico que cerca os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso por certo que é o aspecto menos compreendido de sua obra<sup>84</sup>. Não raras as vezes encontramos análises que simplesmente ignoram sua epistemologia, como se ela não passasse de mero capricho retórico. Um fato comum mesmo entre seus grandes entusiastas<sup>85</sup>.

Mas se, como veremos, é justamente sua base epistemológica – comum ao conjunto de sua obra<sup>86</sup> – que dá sentido às suas análises sobre o empresariado, o desenvolvimento, a escravidão, etc., ao descartarmos esse preâmbulo não estaríamos também desfigurando sua teoria? Em outras palavras, será que o Fernando Henrique da leitura de um Goertzel, por exemplo, é realmente um Fernando Henrique?

E se um equívoco desta monta pode desfigurar até mesmo as mais enaltecidas caracterizações da obra de Fernando Henrique, o que dizer então das análises críticas que acabam por percorrer o mesmo caminho?<sup>87</sup>

Dito isto, não creio serem necessárias maiores justificativas para a opção aqui adotada de se tomar a epistemologia como porta de entrada para o pensamento de Fernando Henrique<sup>88</sup>. Até porque ela não contém nenhum segredo. Trata-se simplesmente de

<sup>84</sup> E é certo também que tomar a dialética como enfoque epistemológico é em si uma carnificina. Contudo, como veremos mais adiante, o próprio projeto da formação uspiana, de substituição de nosso ensaísmo por uma sociologia enquanto ciência, acaba por enquadrar a dialética nestes termos. Remissão adequada àquilo que veremos como marxismo industrializante.

<sup>85</sup> Dentre os quais se destaca Ted Goertzel, sociólogo norte-americano recém adotado pela imprensa brasileira como porta-voz biográfico de Fernando Henrique. Dentre suas pérolas: “Cardoso poderia ter escrito esse livro [*Capitalismo e Escravidão*] numa linguagem mais simples, que poderia ter lhe dado um público mais amplo de leitores sem perder nenhum ponto essencial” (GOERTZEL, 1999, p.27).

<sup>86</sup> “A metodologia do livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* [...] é muito próxima à metodologia que usei em estudos anteriores sobre escravidão e capitalismo, assim como em pesquisas sobre problemas de desenvolvimento e empresariado no Brasil [...]. Há publicações de muitos outros autores latino-americanos desde o começo dos anos 50 [também] tentando revitalizar a abordagem dialética” (CARDOSO, 1995a, p.147).

<sup>87</sup> E aqui não estou me referindo apenas às críticas vindas da esquerda. Afinal, como não considerar apenas anedotário as críticas de um Roberto Campos, por exemplo, a quem a dialética não passa de tralha metafísica hegeliana: “Sempre achei um absurdo, é uma incursão de sociólogos na economia. [...] Eu nunca compreendi a tese do Fernando Henrique, sempre me pareceu bastante ridícula, primitiva mesmo. É a eterna confusão da faseologia com ideologia, eles (os sociólogos) dão uma interpretação ideológica ao que é meramente fisiológico, são fases do desenvolvimento.” (*Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 jun. 1998. Caderno Brasil, Frases, p.5).

<sup>88</sup> Até porque me parece bastante óbvio que qualquer crítica mais consistente deve passar necessariamente pelos percalços metodológicos. Como recomenda o próprio autor, “nesse sentido, a questão inicial [da dependência] [...] é antes de mais nada uma questão teórica e uma questão metodológica. A crítica às

Marx via Fernando Henrique<sup>89</sup>. Uma obviedade que também ajuda muito a entender as constantes polêmicas em que ele se envolveu<sup>90</sup>, pois, em parte, muitos dos mal-entendidos de seus interlocutores provêm de uma falta de compreensão do próprio Marx. Contudo, é bom ressaltar, tais desentendimentos nem sempre decorreram de leituras mais ingênuas ou apressadas, ou positivistas, ou simplesmente antimarxistas de seus interlocutores, mas sim da própria confusão do autor, capaz de baralhar aquilo que em Marx se apresenta de forma tão clara e precisa<sup>91</sup>. Some-se, por fim, à sua culpa pelas controvérsias, o fato dos esclarecimentos teóricos contidos em sua obra mais conhecida<sup>92</sup> serem muito superficiais. Não à toa, ele foi obrigado a constantemente voltar ao assunto em artigos posteriores a *Dependência e Desenvolvimento*<sup>93</sup>.

Mas, dada a necessidade da incursão, por onde começar afinal? Bom, pela sugestão do próprio autor, creio que não há dúvidas:

Só é possível entender o que eu disse sobre dependência se você remonta à análise da escravidão, o que ninguém faz. Pouca gente lê *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Está aí o miolo do debate teórico.<sup>94</sup>

Nesse aspecto, convém lembrar que o peso da chave interpretativa contida em *Capitalismo e Escravidão*<sup>95</sup> é fundamental não apenas para a compreensão de sua obra como um todo, mas também para a compreensão da chave interpretativa de uma unanimidade intelectual: segundo Roberto Schwarz, seu conceito de “idéias fora do lugar”

---

análises de dependência e a interpretação sobre o alcances delas deve centrar-se portanto sobre a teoria e a metodologia que a informam” (CARDOSO, 1995a, p.84). Uma crítica que, no caso da obra de Fernando Henrique, é – como espero poder demonstrar – a crítica a uma certa herança marxista.

<sup>89</sup> Como ele próprio afirma, nas análises sobre a dependência “Implícita ou explicitamente a fonte metodológica é a dialética marxista” (CARDOSO, 1995a, p.91).

<sup>90</sup> Veja-se, por exemplo, as discussões com seu colega, Francisco Weffort (cf. WEFFORT, 1971 e CARDOSO, 1972b, cap. VI).

<sup>91</sup> Todas as vezes que me deparava com suas discussões a respeito de sua abordagem teórica, era obrigado a voltar a Marx e Sartre (suas referências epistemológicas básicas, além de Lukács) a fim de esclarecer o que, afinal, ele estava querendo dizer. Talvez 90% dos mal-entendidos tivessem se dissipado (ao menos entre os leitores mais rigorosos) se ele simplesmente tivesse dito: “no que concerne à minha abordagem teórica, leiam *Para a Crítica da Economia Política e Questões de Método*”.

<sup>92</sup> No caso, a culpa também deve ser dividida com Enzo Faletto.

<sup>93</sup> Cf. CARDOSO, 1972b, caps. V, VI e IX; CARDOSO, 1995a, caps. II e III.

<sup>94</sup> Sugestão de Fernando Henrique, dada em entrevista a Vinícius Torres Freire (cf. SCHWARTZ, 2003, p.262).

<sup>95</sup> CARDOSO, 1977a [1962].



tem dívida direta para com o esquema de Fernando Henrique. Em suas palavras, a oscilação que Fernando Henrique estudou com relação ao significado de uma escravidão que é tanto moderna como incompatível com a modernidade, e de um capitalismo incompatível com a escravidão e que, no entanto, a promove, configuram o mesmo tipo de sistematização que ele procurou perfazer no plano da vida das idéias<sup>96</sup>. Uma espécie de versão estética de uma teoria sociológica, ou simplesmente uma explicação sociológica de uma evidência estética<sup>97</sup>.

Contudo, ou por isso mesmo, creio que devemos retroceder um pouco mais em relação à sugestão de Fernando Henrique. Creio que o miolo teórico deva ser procurado na gênese mesmo de *Capitalismo e Escravidão*: o “seminário de Marx”<sup>98</sup>, o caldeirão original donde se formaram os conceitos que deram origem a parte de nossa melhor tradição intelectual.

Todavia, Fernando Henrique é devedor do seminário não apenas em função do Marx herdado, mas também porque, de certa forma, o lendário seminário congregava, ele mesmo, o espírito de formação da própria intelectualidade paulistana. A tirania epistemológica de Giannotti, no que concerne à leitura d’*O Capital*, dá bem o tom da progressiva profissionalização acadêmica da USP, a transformação da sociologia em ciência, o rigor, as grandes figuras francesas, etc.<sup>99</sup>

Vista mais de perto, a dívida intelectual de Fernando Henrique para com o “seminário” não é sem razão. Sartre, Husserl, Hegel, Parsons, Merton, Weber, Lukács,

<sup>96</sup> SCHWARZ, 1998, p.17-18.

<sup>97</sup> Do bate bola entre Roberto Schwarz, Fernando Haddad e Maria Rita Kehl (SCHWARZ, *op. cit.*, p.18).

<sup>98</sup> Embora manjado, nunca é demais lembrar que o seminário foi um grupo de estudos formado em 1958 por jovens professores assistentes e alunos da USP. Dentre os participantes incluíam-se, pela memória de Fernando Henrique, José A. Giannotti, Fernando Novais, Bento Prado Jr., Roberto Schwarz, Ruy Fausto, Paul Singer, Octavio Ianni, Michael Löwy, Francisco Weffort, Juarez Brandão, Leôncio Martins Rodrigues, Ruth Cardoso, Fernando Henrique e Sebastião Advíncula. Roberto Schwarz cita ainda Gabriel Bolaffi como participante e Emir Sader menciona ainda Emília Viotti, Marilena Chauí, Sérgio Ferro, João Quartim de Moraes, Lourdes Sola, Cláudio Volga, Albertina Costa, Paulo Sandroni e Beth Milan, embora nesse caso ele se refira à segunda geração do seminário; cf. CARDOSO, 1988b; SCHWARZ, 1999 e SADER, 1996.

<sup>99</sup> Para uma análise mais profunda dessa formação é indispensável a leitura de Paulo Arantes e seu *Um departamento francês de ultramar* (1994b). No que concerne especificamente à sociologia temos a leitura de José de Souza Martins, com seu trabalho sobre um outro “tirano” epistemológico, Florestan Fernandes (1998). E uma breve visão pessoal de Fernando Henrique sobre a constituição da intelectualidade uspiana pode ser encontrada numa coletânea sobre a rua Maria Antônia (cf. CARDOSO, 1988b).

entre outros tantos, formavam o cadinho teórico de onde jovens professores e alunos tentavam extrair o quadro interpretativo adequado ao entendimento dessa última esquina de expansão do capital<sup>100</sup>.

Mas é claro que, por mais eclética que fosse a caixa de ferramentas, a principal referência não podia deixar de ser o próprio Marx<sup>101</sup>. Por certo que um Marx distante das cartilhas do *Komintern*<sup>102</sup>, mas ainda assim influenciado por certas vagas européias<sup>103</sup>, no caso, a da ressuscitação da dialética frente ao cientificismo positivista.

E em Fernando Henrique, para chegarmos logo ao ponto, esta ofensiva dialética se dará na sua empreitada por uma heurística fundada no conceito de totalidade<sup>104</sup>, conceito esse extraído de *Para a Crítica da Economia Política*<sup>105</sup>, sob a nítida leitura das notas metodológicas de Giannotti<sup>106</sup>, e que marca o início daquele baralhamento expositivo ao qual já me referi. Por isso, em lugar de tratá-lo pelas palavras de Fernando Henrique, recorro à fonte ela mesma.

---

<sup>100</sup> Sobre o clima de experimentação intelectual do “seminário de Marx”: “Havia os que, sob a influencia de Sartre, procuravam uma ‘antropologia fundante’, para explicar a história, e os que, brandindo Husserl ou Hegel, mas querendo libertar-se da fenomenologia e do idealismo, acreditavam ter descoberto como ancorar a Lógica no trabalho social, dispensando a ‘problemática do sujeito’ como passo requerido para completar a dialética marxista. Bons tempos” (CARDOSO, 1977a, p.12).

<sup>101</sup> “A maioria dos participantes do ‘seminário de Marx’ atribuía à dialética um status teórico mais abrangente, aceitando a utilização dos outros métodos [no caso, os métodos funcionalista, e o weberiano que, com a dialética, compunham os 3 métodos fundamentais preconizados por Florestan Fernandes] em forma subordinada” (CARDOSO, 1977a, p.12).

<sup>102</sup> “Não aceitávamos [...] o bê-a-bá do stalinismo teórico: a infra-estrutura, dinamizada pelo avanço das forças produtivas, que entra em contradição com a superestrutura (a política e a ideologia) e impõe uma ação, que é mais uma ‘resultante’, do que uma ‘práxis’. Quando Sartre publicou as *Questions de Methode* e em 1960 saiu a tradução francesa de *Histoire et Conscience de Classe* de Lukacs, vislumbramos alguma saída para nossos impasses. Curiosamente, foi a partir de interpretações não baseadas na economia e na história, mas sim na filosofia, que fomos buscar elementos para uma análise dialética de processos sociais reais.” (CARDOSO, *op. cit.*, p.13).

<sup>103</sup> A própria formação do grupo do “seminário” remete, segundo Roberto Schwarz, a um grupo europeu: o *Socialismo ou Barbárie*, de Lefort, Castoriadis e quejandos (cf. SCHWARTZ, 1999, p.87).

<sup>104</sup> “[...] nos círculos acadêmicos mais conspícuos formou-se a convicção de que a interpretação dialética, por estar diretamente vinculada a um ponto de vista filosófico e a uma atitude diante dos problemas sociais, não é capaz de adequar-se aos cânones da explicação científica que impõem a ausência de juízos de valor nas análises sociológicas. [...] Do ponto de vista científico, portanto, o problema para a utilização da interpretação dialética estaria na determinação dos procedimentos metodológicos requeridos por esse tipo de abordagem e na discussão da compatibilidade desses procedimentos com a problemática sociológica. Tentarei discutir esses problemas em suas implicações mais gerais partindo da análise do conceito de totalidade.” (CARDOSO, 1977a, p.24).

<sup>105</sup> MARX, 1978 [1859].

<sup>106</sup> Cf. GIANNOTTI, 1960.

Seguindo de perto o exemplo, a argumentação, e as palavras do próprio Marx, temos que quando estudamos um país, do ponto de vista da Economia Política, parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva. Ou seja, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo, etc. No entanto, assim que adotamos uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isto é falso. Afinal, a população não passa de uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. E mesmo essas, no fundo não passam de palavras vazias de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, tais como o trabalho assalariado e o capital. Mas esse último também já não é nada sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc. Assim, ao começarmos pela população, temos uma representação caótica do todo que, por decomposição, nos leva a conceitos cada vez mais simples. Do concreto idealizado fomos passando a abstrações cada vez mais tênues, atingindo, por fim, determinações as mais simples. Mas ao chegarmos a essas determinações temos que fazer a viagem de volta, até dar de novo com a população que, desta feita, já não mais se apresenta como uma representação caótica do todo, e sim como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. Dessa forma, a população se exhibe como concreto não porque seja apenas pressuposição prévia e efetiva, mas porque síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Daí a peculiaridade do concreto aparecer no pensamento como o processo da síntese, ou seja, como passagem do simples ao complexo, como resultado, e não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo. Destarte, em lugar de termos uma representação plena que se volatiliza em determinações abstratas, são essas que nos conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Convém reter esse último conceito, concreto pensado, pois o processo descrito não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto, já que

mesmo a mais simples determinação abstrata, como o valor de troca, por exemplo, pressupõe um todo vivo e concreto já dado, no caso, uma população produzindo em determinadas condições, organizada em certos tipos de famílias, de comunidades, etc.<sup>107</sup>

A esta altura, talvez o leitor mais desavisado me considere um cínico por ter afirmado ser a exposição de Marx clara e precisa. Ou talvez esteja se indagando de que forma Fernando Henrique conseguiu tornar essa exposição ainda mais árida.

Nesse ponto, creio que a remissão a um freqüentador menos assíduo do seminário possa ajudar. Se reescrevermos a exposição anterior sob a batuta de Ruy Fausto<sup>108</sup>, podemos chegar ao seguinte: sendo a população (o concreto) a síntese de muitas determinações as mais simples, temos uma série de juízos, tais como: a população é o trabalho assalariado; a população é o valor de troca; a população é o capital, e assim por diante. Contudo, o “é” desses juízos não exprime uma relação de inerência entre sujeito e predicado. Pelo contrário, ele exprime a “passagem” do sujeito “no” predicado. Em todos esses juízos eu digo em certo sentido a população, porque digo o que é a população, mas no momento em que o digo, a população não está mais lá, só estão seus predicados. Em outras palavras, no momento em que o digo, ocorre a negação (*Aufhebung*) do sujeito pelo predicado. Ou seja, ao dizer a população (o concreto) eu o digo dizendo o seu outro, no caso, suas abstrações mais tênues, suas determinações. Ou ainda, ao dizer a população (o concreto), apenas o predicado (suas determinações) está *posto*. Contudo, a população (o concreto) está “lá”, mas esse estar é um mostrar-se enquanto *pressuposição*. Daí o corolário de que “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações”, e que nesse movimento o concreto aparece como resultado, não como ponto de partida, embora seja o ponto de partida efetivo. Pois ao dizermos o concreto não podemos dizê-lo senão como *pressuposição* (daí

---

<sup>107</sup> Com o perdão do leitor, em lugar de colocar uma longa citação de Marx, preferi plagiá-lo; cf. MARX, 1978 [1859], p.116-117.

<sup>108</sup> Espero não estar incorrendo numa apropriação absolutamente equivocada de seu pensamento, transformando-o numa mera tablita dialética. Cf. FAUSTO, 1983, p.27-65.

ponto de partida efetivo), visto que ele só pode ser definido ao final e como resultado, não de si mesmo, mas de suas predicções.

Bom, por certo que Fernando Henrique não tinha em mente essa minúcia lógica descrita por Ruy Fausto. Mas creio que de posse desse prelúdio talvez se torne mais inteligível suas próprias intenções<sup>109</sup>:

Na interpretação dialética, as relações que se procura determinar numa totalidade também estão referidas de maneira aos processos sociais reais, e também existe o escopo de reproduzir o real como concreto. Porém, neste caso, o concreto aparece como o resultado de um processo de conhecimento marcado por um movimento da razão que implica uma elaboração muito mais complexa do que a abstração dos padrões gerais, ainda mais essenciais, que regulam a interação nas condições empíricas de sua manifestação. Mesmo a descoberta que se obtém nas explorações descritivas das condições e fatores cujos efeitos resultam na produção, numa determinada 'ordem', de um sistema integrado ou de uma situação social dada, é insuficiente para os propósitos cognitivos da interpretação dialética. Nesse último tipo de explicação, para que as relações que se procura determinar numa totalidade assumam sentido heurístico, não devem ser retidas conceptualmente como simples reprodução no pensamento de relações empíricas, nem basta que a teoria seja capaz de descobrir os padrões que regem as conexões entre essas relações. O ponto de partida imediato, o real, transfigura-se na análise dialética numa série de mediações pelas quais as determinações imediatas e simples (e por isso mesmo parciais, abstratas) alcançam inteligibilidade, ao circunscreverem-se em constelações globais (concretas). Por isso o concreto foi definido em conhecida frase de Marx como 'a síntese de muitas determinações, a unidade do diverso'. Mas a operação intelectual pela qual se obtém a 'totalidade concreta' implica que o movimento da razão e o movimento da realidade sejam vistos através de relações recíprocas, e determinados em sua conexão total. Por isso, a interpretação totalizadora na dialética faz-se através da elaboração de categorias capazes de reter, ao mesmo tempo, as contradições do real em termos dos fatores histórico-sociais efetivos de sua produção (e, neste sentido, categorias 'saturadas historicamente', empíricas) e de categorias não definidas empiricamente, capazes de desvendar as relações essenciais que aparecem de imediato, como afirmava Marx, 'mistificadas'.<sup>110</sup>

Não nos esqueçamos, contudo, que essas intenções epistemológicas não servem senão ao cabedal de uma sociologia que se erige enquanto ciência. O propósito evidente é apreender o concreto. Mas dessa vez não mais como na abordagem estruturalista onde, por imposição lógica, a ordenação dos elementos que integram os modelos estruturais se faz possível somente por sistemas abstratos de relações e onde, por consequência, o processo de mudança social só pode ser explicado pela noção de um desequilíbrio

<sup>109</sup> E também compreensível ao leitor minha afirmação de que ele conseguiu embaralhar sobremaneira a exposição do próprio Marx.

<sup>110</sup> CARDOSO, 1977a, p. 27. Trechos como este se estendem por toda a introdução de *Capitalismo e Escravidão*, num encadeamento deveras repetitivo.

funcional<sup>111</sup>. Ao contrário, pelo método dialético se torna possível explicar o concreto por ele mesmo e, por conseguinte, o processo de mudança não mais se apresenta como um momento de desequilíbrio de um sistema dado na direção da recuperação do equilíbrio em outro tipo de sistema, mas sim como o movimento de um concreto que opera a negação (*Aufhebung*) de si mesmo; em uma só palavra, *praxis*<sup>112</sup>.

Os processos de mudança são dialeticamente analisados, portanto, como resultantes da própria atividade humana concreta que, no processo incessante de realizar os padrões estruturais e funcionais de integração, nega-os, provocando tensões e contradições sociais cuja resolução (superação) consiste na criação de novas formas de existência social.<sup>113</sup>

Para uma sociologia que se afirma enquanto ciência, o método dialético significa, portanto, não se reduzir a mero empirismo – mesmo que não se abra mão de uma sólida base empírica – e evitar, ao mesmo tempo, sua antípoda, o formalismo abstrato<sup>114</sup>.

Embora a digressão até aqui exposta tenha sido, talvez, um tanto inamistosa, creio que com ela o entendimento das categorias de Fernando Henrique se torne mais fácil, permitindo-nos, inclusive, apurar o passo.

<sup>111</sup> CARDOSO, 1977a, p. 33.

<sup>112</sup> “A *praxis*, com efeito, é uma passagem do objetivo ao objetivo pela interiorização [...]. O subjetivo aparece, então, como um momento necessário do processo objetivo. Para se tornarem condições reais da *praxis*, as condições materiais que governam as relações humanas devem ser vividas na particularidade das situações particulares [...]” (SARTRE, 1978 [1960], p.154). Ou seja, na *praxis*, o objetivo (o concreto) se apresenta, num primeiro momento, como um pressuposto, definível somente por seus predicados, pelo subjetivo. Mas nesse movimento o próprio objetivo já não é mais ele mesmo. Expressando-se por seus predicados, ele já é agora um outro, negação (*Aufhebung*) de si mesmo. Ei-lo, o movimento.

Não à toa, Fernando Henrique também cita esse mesmo trecho de Sartre (cf. CARDOSO, 1977a, p.43), embora sem a parafernália da lógica de Ruy Fausto e com uma tradução ligeiramente diferente da de Bento Prado Jr., aqui utilizada.

<sup>113</sup> CARDOSO, 1977a, p. 34.

<sup>114</sup> “Sem sólida base empírica a análise dialética na sociologia desfaz-se, enquanto análise criadora, num formalismo abstrato tão lastimável quanto qualquer tipo de escolástica [...]. Fica patente portanto que, se por um lado a interpretação dialética na sociologia parte de uma atitude totalizadora e universalizante, por outro lado, em nome desses princípios, nada justifica as tentativas de muitos marxistas de transformar o processo de conhecimento em mera procura de fatos e situações empíricas capazes de provar a verdade contida nos esquemas abstratos de determinações gerais. [...] o conhecimento dos processos histórico sociais depende, como é sabido, não dessa determinações em si mesmas ou de sua verificação particular (que suporia a identidade entre o comum e o singular), mas das relações entre o geral e o particular numa totalidade concreta. Neste processo dialético são exatamente as determinações específicas que, na medida em que diferenciam as totalidades, constituem-se como chave da interpretação” (CARDOSO, 1977a, p.41-42).

No caso da categoria *estrutura*<sup>115</sup>, por exemplo, torna-se mais evidente seu descolamento em relação ao estruturalismo. Em Fernando Henrique, a *estrutura* não é um amálgama de categorias abstratas, mas uma totalidade concreta<sup>116</sup>. Por conseguinte, a *estrutura* é ela mesma um processo, um fluxo contínuo de constante negação (*Aufhebung*) de si mesma. Ou seja, pelas lentes da dialética, a *estrutura* não é vista senão pelo seu movimento, pela sua história. Daí a denominação de método histórico-estrutural.

Como em qualquer outra perspectiva que utilize a noção de estrutura, se assume que as relações entre as classes os grupos e as instituições obedecem a regularidades, possuem uma certa rigidez e são articuladas. Entretanto [...] as estruturas são concebidas como produto da luta social e como resultado da imposição social. Por conseqüência, são vistos, ao mesmo tempo, *como processos*. Noutras palavras, são historicamente respostas num movimento que altera sua conformação presente. [...] Ou seja, não é legítimo conceber as *estruturas dadas* como invariantes, posto que elas foram socialmente constituídas e no processo de sua constituição a luta social selecionou entre alternativas definidas as que se impuseram. [...] Outra vez a célebre frase-síntese: o homem faz a história, mas em condições sociais determinadas.<sup>117</sup>

Metodologicamente, aceitar que a explicação deve ser histórico-estrutural não significa conceber a interpretação científica em termos de que o antecedente cronológico ‘explica’ o conseqüente. [...] Trata-se de conceber as estruturas como relações entre os homens que, se bem são determinadas, são também [...] passíveis de mudança, à medida em que, na luta social (política, econômica, cultural), novas alternativas vão se abrindo à prática histórica. [...] Assim, [...] o método histórico-estrutural, embora reconhecendo a existência de estruturas e o condicionamento do processo histórico por elas, nem pretende buscar (como no estruturalismo) as invariantes fundamentais que lógico-ontologicamente conformam as aparentes variabilidades da história, nem pretende caracterizar, como no empirismo historicista, apenas os momentos, densos de conteúdos significativos e de decisões individualizadas, que dão a impressão de definir, independentemente de outros condicionantes, os rumos da história [...] Trata-se, por conseqüência, de um método que requer a reconstituição da ‘história das relações estruturais’<sup>118</sup>.

E se as *estruturas* são elas mesma processos, pois totalidades concretas, a análise de cada uma de suas configurações históricas possíveis (seus momentos) é necessariamente a análise de suas relações de contradição, essência mesma do próprio movimento.

Mas nessas relações quais são as determinações a serem observadas?

Em outras palavras, quais são os predicados por onde podemos ver melhor a contradição em

<sup>115</sup> *Estrutura* – é importante salientar – enquanto sinônimo conceitual de *sociedade*.

<sup>116</sup> Concreto aqui, nunca é demais repisar, no sentido de síntese das determinações de si mesmo enquanto *pressuposição*.

<sup>117</sup> CARDOSO, 1995a, p.95-97.

<sup>118</sup> CARDOSO, 1995a, p.97.

processo? Bom, em se tratando de *estrutura* enquanto *estrutura capitalista*, não poderemos ter nada muito diferente daquilo que sempre foi o feijão-com-arroz do método da Economia Política. Método esse que, como vimos, apenas acabou por receber de Fernando Henrique a roupagem pomposa de “método histórico-estrutural”. Portanto, na *estrutura cardosiana* a contradição em processo também será observada através das determinações de sempre, a saber, as relações de classe e suas próprias predicacões<sup>119</sup>.

Metodologicamente, da *estrutura* à *dependência* basta um passo. Afinal, sendo a *estrutura capitalista* um processo – pois totalidade concreta –, a *dependência* nada mais é que o registro de um de seus momentos. Daí a insistência de Fernando Henrique em esclarecer que a *dependência* não é, de modo algum, um conceito totalizante<sup>120</sup>, mas simplesmente uma totalidade concreta, no caso, momento específico da *estrutura capitalista*. Não é outro o sentido do aferro de Fernando Henrique ao termo *situações de dependência*<sup>121</sup>.

Por conta disso, torna-se evidente também que a *dependência*, em sua essência, não constitui absolutamente nenhuma novidade teórica<sup>122</sup>, sendo tão somente um desdobramento do método do próprio Marx<sup>123</sup>.

---

<sup>119</sup> “[...] o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu interesse que se compreende a dinâmica das relações de classe. [...] Esta opção teórica fica apoiada empiricamente pelo fato de que as transformações históricas significativas do processo de desenvolvimento latino-americano têm sido sempre acompanhadas, senão de uma mudança radical na estrutura de dominação, pelo menos pela adoção de novas formas de relações, e portanto de conflito, entre as classes e grupos” (CARDOSO; FALETTO, 1981 [1969], pp.22-23).

<sup>120</sup> Ver seu debate com Francisco Weffort (cf. WEFFORT, 1971 e CARDOSO, 1972b, cap. VI).

<sup>121</sup> Sobre o consumo da *dependência* nos EUA, ele faz a crítica de que “[...] em vez de fazer-se o esforço empírico-analítico para reconstruir uma ‘totalidade concreta’ [...] passou-se a consumir a dependência como uma ‘teoria’, dando-se a esta noção a conotação de um corpo de proposições formalizáveis e testáveis. Eu sempre fui reticente em usar a expressão ‘teoria da dependência’ porque temia a formalização do approach” (CARDOSO, 1995a, pp.136-137). Daí também suas críticas a Gunder Frank, Theotônio dos Santos e a Ruy Mauro Marini, que, segundo Cardoso, teriam se esforçado por criar uma teoria da dependência.

<sup>122</sup> “[...] os estudos sobre a dependência constituem parte do esforço para restabelecer uma tradição de análise das estruturas econômicas e de dominação que não sufoque o processo histórico ao retirar dele o movimento decorrente da luta permanente entre grupos e classes. Ao invés de aceitar que existe um curso determinado na história, volta-se a concebê-la como um processo em aberto, no qual, se as estruturas delimitam as margens de oscilação, tanto a prática dos homens como sua imaginação as revivem e transfiguram, quando não as substituem por outras não pré-determinadas. Mais ainda, os estudos sobre dependência tiveram uma peculiaridade dentro da tradição de crítica a que me referi: ao invés de limitarem-se ao plano teórico-abstrato, procuraram utilizar o método histórico-estrutural ‘não vulgar’ para analisar situações concretas [...] Não nos interessava apenas descrever abstratamente as conseqüências da acumulação de capital e de sua expansão à escala mundial, mas também colocar questões a partir do ponto de vista historicamente dado às sociedades



Aquilo que aparece como novidade nas formulações da dependência, qual seja, a ênfase nos processos políticos, não passa, portanto, de mera imposição lógica do próprio método da Economia Política. Afinal, enquanto totalidade concreta, a *dependência* não pode se exprimir por si mesma. Só é possível “vê-la” em suas determinações, pois somente essas estão *postas*. Assim, nas formulações da dependência, analisar os processos políticos – debruçar-se sobre as classes e grupos que, na luta pelo controle ou pela reformulação da ordem vigente, tornam historicamente viável uma dada estrutura de dominação – nada mais é que observar, numa totalidade concreta, como o capital enquanto sujeito “passa” nas suas predicções<sup>124</sup>. É fazer notar de que forma o econômico “passa” no político<sup>125</sup>. É, por fim, a única forma possível de se “ver” a *dependência*, já que essa é exprimível apenas por seus predicados.

Ou seja, tomar a política como centro da análise é quase um truísmo metodológico, pois não há outra forma de se apreender a *estrutura* senão por suas

---

dependentes: quais são as forças que se movem nelas e com que objetivos? Como e em que termos é possível superar uma situação dada de dependência? [...] Assim [...] é preciso rever o ponto de vista de que um ‘novo paradigma’ foi estabelecido graças aos trabalhos de um grupo de intelectuais do ILPES e do CESO de Santiago. Estes tiveram um certo papel na proposição de uma temática e na crítica ao keynesianismo e ao modelo estrutural-funcionalista [...] mas não propuseram nenhuma nova metodologia” (CARDOSO, 1995a, pp.130-131, grifo nosso).

<sup>123</sup> “Quando se enfatiza que as análises sobre a dependência devem partir de uma ‘situação concreta’ e resultar numa ‘análise concreta’, o procedimento que está por trás desta afirmação é o mesmo tantas vezes reafirmado por Marx ao dizer no texto famoso da *Contribuição à Crítica da Economia Política* que ‘o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso’” (CARDOSO, 1995a, p.91). “A discussão do método [da *dependência*], portanto, quase que se resume a afinar as formulações com o paradigma do próprio Marx” (CARDOSO, *op. cit.*, p.102).

<sup>124</sup> “A utilidade e a significação teórica da noção de dependência, tal como a concebemos, reside precisamente [...] na recuperação a nível concreto, isto é, permeado pelas mediações políticas [...] e sociais [...] da pugna de interesses por intermédio da qual se vai impondo o capitalismo ou a ele se vão opondo forças sociais por ele mesmo criadas” (CARDOSO, 1972b, p.126).

<sup>125</sup> “Como o objetivo desse ensaio é explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, requer-se buscar um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política” (CARDOSO; FALETTI, 1981, p.23).

determinações. O truísmo só não é maior porque, afinal, o conjunto de determinações escolhidas poderia ser outro que não a política<sup>126</sup>.

É esse, portanto, o significado de se perceber que a burguesia, em lugar de se aliar ao Estado frente ao capitalismo internacional, agora se associa aos interesses externos<sup>127</sup>. Pois nesse movimento da política é que vemos a própria *dependência*<sup>128</sup>, momento específico de uma *estrutura capitalista* que, negando a si mesma, passa de uma situação de imperialismo a uma situação de industrialização da periferia, uma situação de desenvolvimento dependente-associado.

Como visto a pouco, a *estrutura capitalista* não é um amálgama de categorias abstratas, mas uma totalidade concreta. Contudo, denominada assim, com um nome tão genérico, fica difícil não encará-la mais como abstração do que como concreto<sup>129</sup>. Por isso, olhemo-la mais de perto.

No sistema capitalista, o que é afinal essa *estrutura* que se apresenta como totalidade concreta? Senão vejamos. Sendo um concreto, isso significa que podemos perceber seu movimento. E, de fato, a todo instante ele se nos apresenta. Ora pela forma como “passa” nas lutas de classe, ora pela forma como “passa” na exploração da mais-valia, outrora pela forma como “passa” nas relações do mundo do trabalho, e assim por diante, numa série praticamente infinita de determinações.

Mas para expressar-se dessa maneira, nessa série infinita e onipresente de determinações, essa *estrutura* não pode ser outra senão o próprio *capital*. Um *capital* que,

---

<sup>126</sup> Poderia ter sido a cultura, por exemplo.

<sup>127</sup> Cf. CARDOSO, 1971; CARDOSO, 1972a[1963]; e CARDOSO, 1977b.

<sup>128</sup> “[...] a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional.” (CARDOSO, 1972b, p. 128).

“Há que se buscar os pontos de intersecção do sistema econômico com o sistema social, através dos quais se revelem os nexos e a dinâmica dos diferentes aspectos e níveis da realidade que afetam as possibilidades de desenvolvimento. [...] Com efeito, a interpretação sociológica dos processos de transformação econômica requer a análise das situações onde a tensão entre os grupos e classes sociais revele as bases de sustentação da estrutura econômica e política. [...] essa problemática compreende necessariamente a análise dos comportamentos políticos que incidem na relação entre as classes [...]” (CARDOSO; FALETTO, 1981, p.24).

<sup>129</sup> Uma impressão não sem fundamento, visto que realmente não a vemos, embora ela esteja lá.

enquanto *estrutura*, é também ele mesmo um processo, ou, se se preferir, sujeito, resultado da contínua negação (*Aufhebung*) de si mesmo. Por conseguinte, a *dependência*, enquanto momento específico da *estrutura capitalista*, nada mais é que simples registro de um dos momentos do *capital*.

Por isso, falar de uma teoria da dependência não é senão falar de um aspecto de um campo teórico mais amplo, no caso, a teoria marxiana do capitalismo<sup>130</sup>. Ainda nessa esteira, devemos ressaltar também que a teoria do imperialismo não é uma teoria sobre o *capital*, mas sim uma teoria sobre um de seus momentos<sup>131</sup> e, como tal, também aspecto do campo teórico mais amplo da teoria marxiana do capitalismo.

O que não quer dizer, contudo, que a teoria da dependência seja a sucessora da teoria do imperialismo. Em verdade, ela só pode ser seu complemento<sup>132</sup>, pois ambas são momentos conceituais do *capital* enquanto processo. É nesse sentido, portanto, que se deve entender as afirmações de Fernando Henrique de que a teoria da dependência seria uma adequação da teoria do imperialismo. Pois, enquanto instante distinto, a *dependência* é o momento no qual os predicados nos quais se expressa o movimento geral do *capital* não mais operam pelas regras do colonialismo, tal qual no *imperialismo*, mas sim pela industrialização da própria periferia, pela internacionalização dos mercados internos<sup>133</sup>.

---

<sup>130</sup> “Eu não penso que a categoria [...] de dependência possua o mesmo *status* teórico das categorias centrais da teoria do capitalismo. A razão para isto é óbvia; não se pode pensar na dependência sem os conceitos de mais-valia, expropriação, acumulação etc. A idéia de dependência se define no campo teórico da teoria marxista do capitalismo. Isto posto, não há razão para negar a existência de um campo teórico próprio, embora limitado e subordinado à teoria marxista do capitalismo, no qual se inscrevem as análises sobre a dependência. E neste caso não há por que utilizar as aspas na expressão teoria. Existe, pois, a possibilidade de pensar-se na teoria da dependência, sempre e quando ela se inscreva no campo teórico mais amplo da teoria do capitalismo ou da teoria do socialismo” (CARDOSO, 1995a, pp.100-101).

<sup>131</sup> Já dizia o camarada Ulianov, “imperialismo, etapa superior do capitalismo”.

<sup>132</sup> “[...] [a teoria da dependência] não é uma alternativa para a teoria do imperialismo, mas um complemento. [...] Como complemento à teoria do imperialismo, a teoria da dependência requer, entretanto, que se revise continuamente a periodização da economia capitalista mundial e a caracterização da etapa atual do imperialismo” (CARDOSO, 1995a, p.102).

<sup>133</sup> Para Fernando Henrique, a questão é “[...] reelaborar a teoria do imperialismo, de modo a mostrar como se dá a acumulação de capitais quando se industrializa a periferia do sistema capitalista internacional. [...] não existe uma teoria da dependência independentemente da teoria do imperialismo” (CARDOSO, 1972b, p.133). “Apesar da precisão do insight de Lênine, confirmado pelos acontecimentos históricos da primeira metade do século, algumas importantes mudanças recentes afetaram profundamente o padrão da relação entre as

Dessa forma, se num momento anterior – no *imperialismo* – as determinações do *capital* (suas predicções) significavam, para a periferia do sistema, o desenvolvimento de seu subdesenvolvimento, na fase da *dependência* essas mesmas determinações passam a significar a possibilidade do desenvolvimento capitalista, ainda que dependente e associado.

Logo, quando Fernando Henrique critica autores como Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e, até certo ponto, Theotônio dos Santos, é porque, na sua interpretação, o diagnóstico que esses autores fazem da *dependência*<sup>134</sup> seria, em verdade, o equívoco de um baralhamento com o diagnóstico do momento anterior e, portanto, absolutamente inadequado para se explicar o novo momento do *capital*.

Contudo, a *dependência* enquanto totalidade concreta não se limita apenas a dar notícia do *capital*.

Como já visto e repisado, a totalidade concreta retém o objetivo, o próprio concreto, como pressuposição. E dele tomamos conhecimento apenas por meio de abstrações mais tênues que o revelam sem que ele se mostre. Ou seja, ainda que ele mesmo só possa ser um concreto já dado, não nos é possível chegar até ele sem as abstrações, sem os conceitos, da mesma forma que também é impossível tal acesso pela via da simples manipulação de conceitos hipostasiados.

---

nações imperialistas e dependentes. [...] [deve-se reconhecer] que os principais pontos da caracterização de Lenine sobre o imperialismo e o capitalismo já não são mais totalmente adequados para descrever e explicar as formas atuais de acumulação de capital e de expansão externa” (CARDOSO, *op. cit.*, p.192). “[...] se os estudos iniciais sobre dependência tiveram algo de novo não foi certamente a afirmação de que existe dependência, o que constitui uma banalidade, mas sim foi a caracterização e busca de explicação de *formas emergentes de dependência*. Tentaram mostrar o que significava a industrialização na periferia [...] sob o controle do que depois veio a chamar-se de ‘empresas multinacionais’” (CARDOSO, 1995a, p.141). Algo que hoje também parece outra banalidade, embora a concepção arraigada até a década de 50 fosse a de que os trustes não se interessassem pela industrialização da periferia, pois exportavam para ela produtos acabados. E a teoria do imperialismo reforçava justamente esse ponto de vista, onde as lutas antiimperialistas eram ao mesmo tempo lutas pela industrialização, fazendo com que os Estados locais e a burguesia nacional parecessem ser os agentes históricos potenciais para o desenvolvimento.

<sup>134</sup> Que ela se baseia na superexploração do trabalho, levando à incapacidade de ampliação do mercado interno, gerando incessantemente desemprego e marginalidade e, por fim, apresentando tendências à estagnação quando não ao aprofundamento do subdesenvolvimento.

Dito de outra forma, a totalidade concreta “[...] *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado”<sup>135</sup> – aquilo que Sartre definiu como passagem do objetivo ao objetivo pela interiorização; ou, simplesmente, *praxis*<sup>136</sup>. Portanto, ao organizar a unidade do diverso, a totalidade concreta produz não apenas conhecimento, mas história<sup>137</sup>:

Para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como ato de produção efetivo [...], cujo resultado é o mundo, e isto é certo [...] na medida em que a totalidade concreta [...] é de fato um produto do pensar, do conceber; não é de modo nenhum o produto do conceito que se pensa separado e acima da intuição e da representação, e que se engendra a si mesmo, mas da elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível [...]<sup>138</sup>

Eis aqui, pois, o difícil movimento no qual ciência e ideologia se congregam, já que tanto o conhecimento é sua própria história, como a História, ela mesma, só se deixa apreender por meio dos conceitos que a organizam<sup>139</sup>. Porquanto no próprio movimento de apropriação do concreto há uma inércia onde a totalidade concreta dá conta de um concreto que, ao ser dito, já é um outro, negação (mais uma vez, *Aufhebung*) de si mesmo.

<sup>135</sup> MARX, 1978 [1859], p.117, grifo do autor.

<sup>136</sup> Não custa repetir a citação: “A *praxis*, com efeito, é uma passagem do objetivo ao objetivo pela interiorização [...]. O subjetivo aparece, então, como um momento necessário do processo objetivo. Para se tornarem condições reais da *praxis*, as condições materiais que governam as relações humanas devem ser vividas na particularidade das situações particulares [...]” (SARTRE, 1978 [1960], p.154).

<sup>137</sup> Conclusões que Fernando Henrique também não deixa escapar: “Não me parece que esta separação arbitrária entre o nível teórico e o processo histórico [advogada por Althusser] tenha fundamento explícito nas obras de Marx ou possa ser recuperado nos trabalhos de investigação influenciados pelo marxismo. Ao contrário, a crítica da economia política contida em *O Capital* tem como um de seus objetivos recusar todo tipo de separação entre teorias gerais e instâncias particulares entre si [...]. Não cabe, para Marx, portanto, qualquer tentativa de elaboração de uma metateoria fundamentada numa *praxis* abstrata que paire sobre os diferentes modos de produção, como se fosse a Razão debruçando-se sobre o Real” (CARDOSO, 1972b, p.107). “[...] a ‘totalidade concreta’, se se constitui como um ‘concreto pensado’ é também uma maneira de se apropriar do concreto real. Ou seja, supõe a análise do processo histórico que produz tanto as relações a serem explicadas como os conceitos que as explicam. Não será, portanto, ‘raciocinando’ sobre as condições de possibilidade do político, ou sobre as matrizes de combinações entre elementos sociais, que se reproduzirá o real como concreto. Antes, será pela descoberta e pela análise das categorias abstratas e por sua articulação e determinação que se reproduz o movimento do real como um concreto pensado” (CARDOSO, 1972b, p.114).

<sup>138</sup> MARX, 1978 [1859], p.117.

<sup>139</sup> “Penso que existe um mesmo e contraditório movimento pelo qual, na passagem da ideologia à ciência, se produz tanto a história como o conhecimento. E, jogando um pouco com as palavras, tanto o conhecimento é ‘sua história’, como a História só se deixa apreender por meio dos conceitos que a organizam; por certo, o processo social emite os sinais que, sob a forma de ideologia, indicam os contornos entre as coisas, mas o conhecimento do processo histórico requer a produção intelectual de conceitos e categorias básicas” (CARDOSO, 1995a, p.93).

Em outras palavras, a *dependência* não apenas presta contas do *capital*, como se apropria do concreto no qual ele se exprime – torna-o concreto pensado – e, nesse movimento mesmo, redefine-o<sup>140</sup>:

Com efeito, na perspectiva marxista, o conceito não se produz pelo desdobramento da Razão sobre si mesma. Assim, não seria devido pedir que a dependência enquanto 'teoria' pudesse constituir-se pelo desdobramento lógico da dialética abstrata das oposições entre conceitos anteriormente constituídos. Embora hoje seja possível dar a impressão de que assim é (basta formalizar os conceitos e derivar conseqüências lógico metodológicas da teoria sobre a expansão e a negação do capitalismo), a ordem histórica da pesquisa e da elaboração dos conceitos é distinta. E esta distinção não é 'acidental', nem deriva da 'falta de rigor metodológico' dos autores que elaboraram o tema da dependência. Ao contrário, ela deriva de que as categorias e teorias são constituídas na prática política e na prática intelectual de um conjunto de pessoas socialmente situadas. Neste sentido não existe (senão logicamente) uma nítida separação entre conceito e história, entre teoria e política. O conceito nasce 'impuro' na luta prática (teórica e política). No teste real para sua adequação, a teoria se consolida na medida em que permite ver mais claro o processo real. Mas, repito, o esforço de “ver mais claro” o processo real não decorre simplesmente (embora o suponha) da ordem lógica pela qual se estrutura formalmente um conjunto de relações. Decorre, ao mesmo tempo, da capacidade que se tenha de fundir nos movimentos sociais a perspectiva política derivada do 'campo de percepção' aberto pelo discurso teórico.<sup>141</sup>

Por tudo isso, reafirmo [...]: nas análises sobre a dependência a matéria prima da qual se parte é a luta política e a luta econômica tal como se desdobram na superfície do processo histórico, como luta nacional e antiimperialista. Mas o conceito ao qual se chega distingue-se do ponto de partida, pois (após especificar e determinar as relações entre os estados, destes com as classes e de ambos com o processo produtivo) mostra as limitações do ponto de partida, mostra como se reproduz uma estrutura dada de dominação e quais os limites possíveis de seu funcionamento (a negatividade). [...] É este o andamento metodológico do ensaio sobre *Dependência e Desenvolvimento*.<sup>142</sup>

[...] é preciso elaborar conceitos que permitam explicar as estruturas de dominação no duplo sentido de como se mantêm e quais são as oposições que animam o movimento [...], sem estes conceitos, a própria ação transformadora fica aquém de suas virtualidades. É por isto que existe uma relação direta entre ciência e práxis: a ação transformadora (critica ou revolucionária) requer consciência teórica.<sup>143</sup>

Entendida, portanto, a história da produção intelectual como *praxis*, temos que “a luta política e a luta teórica como que se fundem”<sup>144</sup>. Não é outro, portanto, o sentido do forte apelo exercido pela teoria da dependência quando de sua formulação<sup>145</sup>. Enquanto apropriação do concreto, a *dependência* não se esconde no mundo do meramente

<sup>140</sup> Uma redefinição que, contudo, não deixa de ser sua reafirmação, sua reposição, ainda que noutros termos. Isso é próprio da natureza do *capital*.

<sup>141</sup> CARDOSO, 1995a, p. 84-85.

<sup>142</sup> CARDOSO, 1995a, p.93.

<sup>143</sup> CARDOSO, 1977a, p.15.

<sup>144</sup> CARDOSO, 1995a, p.90.

<sup>145</sup> E mesmo nas décadas posteriores.

abstrato – procedimento usual do método dito científico que, por isso mesmo, tem a falsa consciência de não ser ideologia. Sua postura metodológica fez dela a um só tempo explicitação do novo momento do *capital* e moto dele próprio. Sua ênfase nos processos políticos – embora não fosse mais do que a mera lógica possível de decifração do *capital*<sup>146</sup> – fizeram-na soar como um Sun-Tzu<sup>147</sup> moderno, um guia prático para o desenvolvimento<sup>148</sup>. E, no entanto, em sua mais completa ausência de negatividade, ela nada mais era do que o *capital* se mostrando a si mesmo e ainda fazendo apontar seu próximo passo. A *dependência* inaugura assim uma nova *praxis*: a *praxis conservadora*<sup>149</sup>.

Seria realmente possível falar em *praxis conservadora*, inda mais no campo teórico do próprio marxismo?

Ainda que não o afirmemos de pronto, responder negativamente a essa questão exige também suas próprias justificativas. E um pressuposto para tal, por certo que seria a necessidade de se encarar o marxismo como um corpo teórico unificado.

Contudo, creio ser difícil discordar de Fredric Jameson quando afirma:

Ser um marxista' inclui necessariamente a crença de que o marxismo é uma espécie de ciência: ou seja, uma axiomática, um *organon*, um corpo de conhecimentos e procedimentos distintivos [...]. Toda ciência, contudo, projeta não só uma ideologia, mas um certo número de possíveis ideologias, e isso tem de ser entendido em um sentido positivo: ideologia como a teoria operacional de uma prática específica, como se fosse a 'filosofia' desta última, e o conjunto de valores e visões que a mobilizam e lhe conferem uma ética e uma política (assim como uma estética). Os diversos marxismos – pois há muitos, e notoriamente incompatíveis entre si – não são outra coisa senão: as ideologias locais de uma ciência marxiana na história e em situações históricas concretas, que estabelecem não só suas prioridades, mas também seus limites. Dizer, portanto, que o marxismo de Lênin, ou de Che, ou de Althusser, ou de Brecht [...] é ideológico significa, agora, simplesmente, no sentido crítico do termo, que cada um é específico de uma situação, a ponto de abranger as

<sup>146</sup> Pois apreensível, como já visto, apenas por suas predicções.

<sup>147</sup> E muitas vezes a industrialização foi ela mesma uma arte da guerra, principalmente quando associada aos movimentos de emancipação nacional.

<sup>148</sup> “O sentido prático do estudo sobre a dependência, no contexto latino-americano, deriva da maior sensibilidade que este tipo de abordagem poderia ter para discriminar situações de dependências e especificar, em cada uma delas, quem são os contendores reais na luta política pela dominação econômica.” (CARDOSO, 1995a, pp.100-101).

<sup>149</sup> Não pode ser outro o sentido de um processo de transformação onde a passagem do concreto ao concreto, sua negação, acaba por ser, em lugar de sua passagem num outro, a reposição – quando não radicalização – de si mesmo. Ou seja, a síntese não se cumpre, pois não há ao que se opor. O afã da industrialização é isso, a ânsia de abraçar ainda mais o capitalismo.

determinações de classe e os horizontes cultural e nacional de seus proponentes [...].<sup>150</sup>

Ou seja, colocando nos termos em que vínhamos tratando, a apropriação do concreto não é – nem poderia ser – a mesma em todos os movimentos da ciência marxiana na história. Sendo essa apropriação referida sempre a uma situação histórica concreta, não podemos ter senão marxismos, “ideologias locais de uma ciência marxiana na história”.

E mesmo aceitando a definição de Jameson de ideologia enquanto “teoria operacional de uma prática específica”, não nos descolamos daquele movimento onde a totalidade concreta produz não apenas conhecimento, mas história. Dito de outra forma, cada marxismo, enquanto ideologia específica de situações históricas, é também *praxis* local da ciência marxiana na história.

E se a *praxis* de cada marxismo – sendo específica de situações históricas concretas – se diferencia das demais por “abranger as determinações de classe e os horizontes cultural e nacional de seus proponentes”, então falar em *praxis conservadora* não é necessariamente um absurdo lógico<sup>151</sup>. Basta-nos identificar um tal tipo de marxismo pelo qual ela se define.

Na fórmula de Fredric Jameson, devemos iniciar nossa busca por uma simples olhadela nas situações históricas específicas. E quais eram os horizontes da intelectualidade latino-americana senão a obsessão pelo atraso. De cepalinos a dependentistas, de comunistas a liberais, a questão do desenvolvimento era pensada unicamente pela chave da industrialização, o que, em outros termos, resumia-se a pensar o desenvolvimento unicamente em claves capitalistas.<sup>152</sup> E em Fernando Henrique a operação não é diferente:

---

<sup>150</sup> JAMESON, 1997, p.19.

<sup>151</sup> Ainda que uma contradição em termos.

<sup>152</sup> Mesmo os comunistas acabavam caindo nessa esparrela. Presos ao etapismo do marxismo ortodoxo, pensavam faltar ao Brasil uma revolução burguesa que eliminasse os resquícios de nosso arcaísmo. Somente cumprida essa etapa é que se poderia pensar no operário como classe universal.



Por desenvolvimento entendo aqui (na mais ortodoxa tradição marxista) a acumulação de capital e sua incidência na diferenciação do sistema produtivo. Não me refiro, obviamente, a um idílico resultado capaz de igualar as rendas e terminar com a exploração, pois estes alvos não se definem como válidos para uma economia de mercado.<sup>153</sup>

Mas se intentarmos uma investigação mais pormenorizada, veremos que, em Fernando Henrique, talvez nenhum outro tema evidencie mais essa obsessão pela industrialização do que suas discussões sobre educação. Aos educadores deve causar horror perceber em seus textos que a educação se resume à mera instrumentalização da força de trabalho<sup>154</sup>, mera tecnologia<sup>155</sup>. Não lhe interessa, em nenhum momento, discutir os aspectos mais fundamentais da educação, nem ao menos as aspirações iluministas que o tema suscita. O que lhe importa nessa discussão são apenas as necessidades de expansão do capital.<sup>156</sup>

---

<sup>153</sup> CARDOSO, 1993b, p.122.

<sup>154</sup> Em seu artigo escrito com Octavio Ianni, por exemplo, é recorrente o uso do termo “mão-de-obra adestrada”, a qual “a expansão industrial exige e a sociedade urbana moderna necessita”. (CARDOSO; IANNI, 1959, *passim*).

<sup>155</sup> “As considerações e os dados que apresentamos mostram que o sistema educacional vigente não satisfaz às necessidades da atual fase de desenvolvimento da nossa economia. [...] Essa inadequação produz, naturalmente, conseqüências indesejáveis. Por um lado, dificulta a introdução de técnicas realmente capitalistas de produção, pois que estes dependem da invenção tecnológica e da utilização de material humano devidamente treinado” (CARDOSO; IANNI, 1959, p.165).

<sup>156</sup> “Já se tornou lugar-comum a afirmação de que as inovações tecnológicas foram essenciais ao desenvolvimento do capitalismo industrial [...]. Em outras palavras, a revolução industrial e a revolução provocada pela discussão e pela importância crescente da perspectiva científica no pensamento e na ação humana, foram processos que emergiram concomitantemente e se influenciaram reciprocamente [...]. Isto significa, evidentemente, que nos países que estão em processo de crescimento econômico, este afeta de maneira direta as formas institucionalizadas de produção intelectual e de transmissão de cultura. E a capacidade de modificação dessas, por sua vez, condiciona a possibilidade de intensificação do ritmo de crescimento econômico” (CARDOSO, 1958, pp.70-71).

“No Brasil um dos mais sérios problemas resultantes do crescimento econômico industrial rápido, e que está exigindo medidas racionais e práticas para a sua solução, é o da inadequação do sistema educacional à nova ordem econômica e social emergente. [...] apesar do esforço de ajustamento [...] ainda hoje não conseguimos elaborar e, principalmente, executar uma política educacional capaz de atender às necessidades de uma sociedade em processo de industrialização” (CARDOSO; IANNI, 1959, p.142).

“O sistema de educação industrial brasileira não atinge seus objetivos, isto é, não fornece à nossa economia os profissionais na quantidade e com as habilidades requeridas por uma indústria e por serviços econômicos ainda precários” (CARDOSO, 1958, p.80).

Convém alongar um pouco mais a série de citações – como que um parêntese – pois talvez surpreenda o leitor ver que os termos do debate permanecem os mesmos há mais de 40 anos (!):

“Entre as medidas a serem tomadas caberia, por exemplo, segundo pensamos, a diminuição do currículo, de forma a permitir cursos mais rápidos, mais baratos e mais úteis, em termos de necessidades atuais da indústria e das possibilidades de estudo dos jovens operários” (CARDOSO, 1958, p.81).

“Com relação ao ensino superior, o sentido geral das reformas necessárias é o mesmo [...]. À medida que as escolas tendessem à formação de especialistas, seria possível pensar-se na redução do currículo escolar, tanto com relação ao número de séries ou anos necessários para a diplomação do aluno, quanto no que diz respeito à simplificação e atualização das disciplinas constantes do currículo das escolas de tipo profissional ou técnico” (CARDOSO; IANNI, 1959, p.168).

O que não quer dizer, contudo, que ele tenha uma visão idílica do processo de industrialização – ou, se se preferir, do desenvolvimento capitalista. Mas frente à necessidade maior imposta pela obsessão do atraso, qualquer esboço de negatividade de pronto se retrai, resignado<sup>157</sup>. Até o ponto em que, por atrofia, a negatividade já nem mais se expressa<sup>158</sup>. Completa-se assim o casamento entre a obsessão do atraso e a *praxis conservadora*<sup>159</sup>, como num ajuste do pensamento ao próprio capital, mas agora sem ruídos<sup>160</sup>.

Ei-lo, portanto, o marxismo pelo qual se expressa a *praxis conservadora*: um marxismo industrializante<sup>161</sup>.

Marx, quando se referia à Índia, demonstrava confiar que a expansão de capitais desenvolveria a periferia. Rosa Luxemburgo afirmava a inevitabilidade da

---

<sup>157</sup> “De fato, o modelo de desenvolvimento dependente que está sendo posto em prática permite dinamismo, crescimento econômico e mesmo mobilidade social, pelo menos no setor urbano-industrial da sociedade. É certo que ele provoca atrito entre as classes, é provavelmente ‘marginalizador’ e seus efeitos não impedem as desigualdades: concentra rendas e aumenta a miséria relativa. Tudo isto leva água à crítica do sistema. Mas esta crítica será específica a este sistema particular, que tem uma expressão política burocrático-repressiva [...] ou à forma capitalista de acumulação e desenvolvimento? Por certo, haveria outras vias, capitalistas, para o desenvolvimento [...]. Mas politicamente, nas condições atuais, que forças sociais implementariam o modelo alternativo? [...] Como se implementaria um modelo capitalista sem os capitalistas [...]?” (CARDOSO, 1972b, p.65).

<sup>158</sup> Comentando o diagnóstico de François Chesnais (cf. CHESNAIS, 1996) Fernando Henrique o chama de catastrofista, acusa-o de um diagnóstico antimarxista. Segundo ele, a correta interpretação marxista da expansão do capital – a questão da homogeneização da taxa de lucro – leva o capital a se esparramar pelo globo. “Vai para a China”, “para os países emergentes”. Pode haver exclusão, como no caso da África, mas “acho que o Brasil tem chances de entrar. Entrar significa ter proveito, aumentar a força produtiva, se desenvolver” (SCHWARTZ, 2003, p.273).

<sup>159</sup> “Uma delas [as análises sobre o desenvolvimento] tende a ver os países dessa parte do mundo como de difícil integração aos espaços econômicos regionais ou à economia global. Estariam condenadas ao esquecimento, pela irrelevância do ponto de vista econômico [...]. A outra visão da qual sou partidário, sem negar as dificuldades enormes da maior parte do Terceiro Mundo, acredita nas possibilidades de longo prazo de sua integração na economia mundial e recusa-se ao imobilismo, ao fatalismo” (CARDOSO, 1995c, p. 88-89).

<sup>160</sup> Fernando Henrique passa então a falar em “Novo Renascimento” (cf. CARDOSO, 1995d, *passim*). Sendo a globalização, “que produz nova consciência das dimensões do mundo”, um dos fenômenos que reforçariam essa tese do “Novo Renascimento”. “A analogia com o Renascimento vale porque estamos diante de oportunidades únicas de transformações positivas para a humanidade, que nos livrem da ‘escuridão’” (CARDOSO, 1995d, p. 103). Onde “[...] ao lado da globalização da economia e do predomínio dos grandes temas da sobrevivência da humanidade, a discussão dos aspectos éticos da idéia do progresso voltará a ser tendência crescente nos próximos anos. Dito de maneira diferente: às vésperas da entrada no novo milênio, desenha-se no horizonte um ‘novo humanismo’.” (CARDOSO, 1995c, p. 92). E aos críticos, que apelam sempre para as interversões do capital, responde-se: “Não acredito nisso. Isso é a visão atualizada da escola de Fankfurt, o pessimismo básico diante de um mundo novo. Esse pessimismo não se sustenta, a não ser como visão subjetiva. A análise da realidade, dos dados, mostra que não é assim” (CARDOSO, Fernando Henrique. In: SCHWARTZ, 2003, p.276). Quer mais dialética do Iluminismo que isso?

<sup>161</sup> Diagnóstico já há muito empreendido por Roberto Schwarz.

expansão capitalista à escala mundial e a conseqüente industrialização dos países que formavam a “retaguarda do capital”. Hilferding acreditava que as taxas de juros diferenciais levariam à exportação de capitais para a periferia. E Bukharin e Lenin diziam que a exportação de capitais é uma condição inerente à expansão imperialista – embora o Lênin de 1920 afirmasse que as conseqüências progressistas do capitalismo não fossem notadas nas colônias como um todo. Lidos assim, sem negatividade, não à toa levam água ao marxismo de quem afirma que:

Não se encontrou outro modo de produzir que fosse capaz de oferecer mais bem-estar. A falência do socialismo real levou a uma constatação de que tentar alterar o modo de produzir não resolve o problema. A opção é tentar aumentar o bem-estar sem alterar o modo de produzir.<sup>162</sup>

Ou seja, o ajuste em função da ausência de negatividade é tamanho que a *praxis conservadora* não é apenas um marxismo industrializante, mas um passo além.

Pois em um artigo publicado em 1977, na *New Left Review*, Robert Brenner<sup>163</sup> cunhou um termo que, com o devido deslocamento, me parece bastante adequado para se definir tal marxismo: marxismo smithiano<sup>164</sup>.

Empreendendo uma crítica às análises sobre o desenvolvimento capitalista de Paul Sweezy e Wallerstein, Brenner os condena por terem erigido uma teoria que, em seus aspectos centrais, é o espelho da tese que pretendiam suplantare, qual seja, as assunções do modelo de desenvolvimento de Adam Smith.

Em Adam Smith, o desenvolvimento da riqueza de uma nação é função do grau da divisão do trabalho. Sua proposição fundamental é de que a emergência de uma divisão do trabalho baseada na troca determinará o desenvolvimento econômico através do incremento da especialização e, por conseqüência, da produtividade do trabalho<sup>165</sup>.

---

<sup>162</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. In: SCHWARTZ, 2003, p.270.

<sup>163</sup> Cf. BRENNER, 1977.

<sup>164</sup> Em verdade, o termo de Brenner é marxismo neo-smithiano. Aos nossos propósitos, basta smithiano.

<sup>165</sup> Cf. SMITH, 1979 [1776].

E, segundo Brenner, Sweezy e Wallerstein – implícita ou explicitamente – equiparariam o capitalismo à divisão do trabalho baseada na troca. Dessa forma, eles acabariam por compreender a dinâmica própria da acumulação via inovação como sendo função dos imperativos da troca no mercado e dos efeitos produtivos da especialização. E, como resultado, a discussão sobre a transição do feudalismo para o capitalismo acabaria por assumir uma feição na qual o surgimento das relações de classe tipicamente capitalistas não é mais a base do desenvolvimento capitalista, mas seu resultado. Daí a alcunha de marxismo neo-smithiano.

Contudo, aqui nos interessa reter um aspecto um tanto mais simples de um marxismo que contenha parentescos com Adam Smith. Nesse último, é evidente a visão emancipatória do capitalismo, pois em seu modelo o desenvolvimento do comércio e da divisão do trabalho inevitavelmente levam ao desenvolvimento econômico. Mas nisso não reside nenhuma necessidade de nova alcunha, pois disso já dá conta o termo marxismo industrializante.

No entanto, em Adam Smith essa falta de negatividade também vem acompanhada de um outro espírito que, em si mesmo, dá bem o tom da diferença. O jovem de Kirkcaldy é ele mesmo o espírito da Glasgow de sua época, o espírito do Iluminismo<sup>166</sup>.

É esse portanto o sentido que aqui se pretende abarcar pelo termo marxismo smithiano. Um marxismo que não apenas encara o desenvolvimento capitalista com absoluto déficit de negatividade, mas que também se julga ele mesmo portador do Conceito<sup>167</sup>.

---

<sup>166</sup> A figura kojéviana do Intelectual enquanto figura do Espírito será melhor tratada adiante. E para uma visão do Adam Smith iluminista veja-se Ian Ross (1999).

<sup>167</sup> Luz-guia para o “Novo Renascimento”.

### 3. A FORMA DIFÍCIL

Que seja possível caracterizar a *dependência* enquanto uma *praxis conservadora* e referi-la a um marxismo que se define por smithiano, parece não haver dúvidas. Contudo, demonstrar a existência de um fenômeno não nos isenta de outra questão, ainda mais fundamental. Por que ele existe? Por que essa configuração específica de uma *praxis conservadora*? Por que esse movimento de um pensamento que se apropria criticamente do vivido para resignar-se a ele?

Ou ainda, por que a *dependência*, enquanto totalidade concreta e enquanto *praxis conservadora*, tornou-se o concreto por excelência na periferia do sistema? Um concreto que dá conta de como as contradições fazem avançar o capital, de como se abrem as janelas ao desenvolvimento capitalista da periferia, sem, contudo, dar conta de que também há interversão logo ali na esquina.

Tudo isso nada mais seria que sintoma do capital ele mesmo? A forma própria do capital em sua manifestação na periferia?

Se olharmos no olho do furacão, veremos que na origem de sua própria formação a necessidade do rompimento em relação a uma estrutura arcaica anterior (o feudalismo) dera ao capital também uma manifestação peculiar, o Iluminismo: crença no progresso da Razão, crença na necessidade de libertar-se de quaisquer peias, e a confiança da redenção ao final. Espírito adequado ao movimento de um capitalismo que abria caminho.

Mas ainda que a grande revolução de Marx tenha sido mostrar que as cambalhotas do Espírito não podem senão acompanhar as reviravoltas desencadeadas pelo movimento do capital, nos resta descobrir de que forma podemos ver o Espírito em movimento.

Eis aqui o grande pressentimento de Kojève<sup>168</sup> que, mirando no que viu acertou no que não viu. Em Kojève, o Intelectual é inserido como “categoria” inédita no hegelianismo, aparecendo como Figura do Espírito. Assim, como uma espécie de portador do Conceito, será menos no confronto entre as classes fundamentais do que no movimento dos Intelectuais que se buscará a raiz real da Dialética<sup>169</sup>.

Senão vejamos. O intelectual da gênese iluminista é alguém que paira entre as classes – não é um burguês, nem um nobre e, tampouco, plebeu –, alguém que sofre daquilo que Sartre definiu como descentramento socialmente produzido<sup>170</sup>. Dessa forma, ele é alguém que plana, que sobrevoa, que é puro pensamento e puro olhar<sup>171</sup>. Dito de outro modo, é o ponto de vista da Teoria que se presume assim liberado<sup>172</sup>.

Essa aparência desfrutável de uma classe que flutua por entre as demais, essa disponibilidade social, configura assim uma certa predisposição para a dialética. “Por isso o intelectual não só hesita, procura a nuance, como oscila e reflete no andamento volúvel da sua frase o balanço próprio da dialética”<sup>173</sup>. Um andamento que nada mais é que a configuração do entrechoque dos movimentos das classes sobre as quais ele plana. Ou seja, é ele mesmo a Dialética em movimento.

De algum modo a dialética própria dos intelectuais dá notícia da dialética do Iluminismo, além de concorrerem ambas, amalgamadas aos olhos desconfiados do ‘atraso’ alemão, para a suprema ambivalência da Revolução.<sup>174</sup>

---

<sup>168</sup> O rol de intelectuais que se iniciaram em Hegel via Kojève é intimidador (Sartre e Lacan, por exemplo). Contudo, na minha ignorância filosófica, empreendi apenas o movimento de se chegar a Kojève via Paulo Arantes. A aproximação direta com Hegel ainda é um horizonte distante.

Abrindo um pequeno parêntese, aos mais minuciosos talvez interesse saber que as traduções feitas por Paulo Arantes me pareceram melhores quando comparadas com a edição brasileira e, obviamente, cotejados com o original de Kojève.

<sup>169</sup> PRADO JR., 1996, p.12.

<sup>170</sup> apud ARANTES, 1996b, *passim*.

<sup>171</sup> SARTRE apud ARANTES, 1996b, *passim*.

<sup>172</sup> ARANTES, 1996b, p.28.

<sup>173</sup> ARANTES, 1996b, p.29.

<sup>174</sup> ARANTES, 1996b, p.63.

Mas será que o intelectual moderno é também ele um Intelectual, Figura do Espírito? Tal configuração só é possível se o ponto de vista da Teoria também se presumir, aqui, liberado.

E, de fato, ainda que o intelectual moderno não sofra necessariamente de um descentramento socialmente produzido, ele convive com a sensação real de autonomia, tal qual a que se pode identificar ao Espírito. Ou seja, ele ainda plana, sobrevoa, é puro pensamento e puro olhar<sup>175</sup>. E, portanto, ainda é ele mesmo a Dialética em movimento.

Desta feita, olhemos as coisas ainda mais de perto. Tomemos o Intelectual moderno na periferia do sistema, mais especificamente, no Brasil. Ao intelectual romântico, inserido mas ao mesmo tempo autônomo, seu olhar sobre a burguesia e a nobreza é como a consciência que se voltou a si. Em outras palavras, o intelectual é o próprio processo de tomada de consciência. Mas se o intelectual romântico dá à sociedade aquilo que Sartre definiu como uma *consciência infeliz*<sup>176</sup>, o Intelectual no Brasil padece justamente da ausência dessa negatividade.

O que, de fato, procede como seria de esperar, pois, enquanto Figura do Espírito, o Intelectual só pode ser o porta-voz afinado de tal estado de coisas. Se lá atrás a sua dialética própria dava notícia da dialética do Iluminismo, aqui ele dá notícia da dialética de nossa própria formação, concorrendo, ambos, para a ambivalência de nosso desenvolvimento. E um tal déficit de negatividade não representa senão os volteios do Espírito que acompanha as reviravoltas objetivas desencadeadas pelo desenvolvimento *desigual e combinado* do capitalismo<sup>177</sup>.

Portanto, a *praxis conservadora* de um marxismo smithiano nada mais é que esse reflexo cambaleante de nossa constituição material, de nosso capitalismo tardio.

---

<sup>175</sup> Contudo, a base social desse Espírito já é outra. O ensaio era o fruto típico do intelectual romântico, do flâneur, pois especialização da abstração. Já no intelectual moderno essa especialização é a sua própria profissionalização.

<sup>176</sup> SARTRE, apud ARANTES, 1996b, p.41.

<sup>177</sup> Adaptação de uma expressão de Bento Prado Jr. (1996, p.13).

Pois esse intelectual volúvel, que brinca com as idéias, tem suas razões, embora as desconheça. Em outros termos, aqui também o intelectual não só hesita, procura a nuance, como oscila e reflete no andamento volúvel da sua frase o balanço próprio da dialética<sup>178</sup>.

E nesse amálgama difuso, onde podemos encontrar temas iluministas tratados de maneira mais ou menos iluminista, nessa dificuldade de forma, evoca-se uma sociabilidade de ordem semelhante, pouco definida, doce e reversível. E, contudo, desse jogo irresolvido surgem obras com uma intensidade indiscutível<sup>179</sup>, mas que guardam algo do movimento posterior, daquela resignação, aquela resistência a entregar as formas a seus próprios limites, e deixá-los romper. Só que agora sobressai já uma *forma difícil*<sup>180</sup>, pois a indefinição entre a crítica e a resignação não é mera relutância formal, mas o balanço próprio da dialética de nosso desenvolvimento.

E é nessa *forma difícil* que experimentamos uma realidade travada, muito mais próxima das crises e impasses desencadeados pelo desenvolvimento capitalista do que da resignação que ela quer fazer crer.

E que um de nossos maiores intelectuais (ainda que o qualificativo desagrade a muitos) tenha sido presidente, também diz muito dos volteios do Espírito cá nessas bandas. É o capital já cansado de intermediários.

Assim, no movimento do Intelectual Fernando Henrique – em sua reticência que oscila entre a crítica, a resignação e o ajuste – vemos as próprias cambalhotas do Espírito na periferia do capital, e que, expresso assim, nesse titubear que é sua própria forma, nessa *forma difícil*, dá notícia do capital que cá se aconchega

---

<sup>178</sup> Esse o jogo do contra porém a favor. Traquinagens da expressão no Espírito das ambivalências de nosso desenvolvimento.

<sup>179</sup> Capazes de influenciar, como já vimos, unanimidades como Roberto Schwarz.

<sup>180</sup> Paráfrases feitas por sobre Rodrigo Naves (1997, p.25).



## BIBLIOGRAFIA<sup>181</sup>

- ABALKIN, Leonid. (1990). Problemas e contradições da economia soviética no período da transição. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Perestroika: desafios da transformação social na URSS*. São Paulo: Edusp.
- ABBAGNANO, Nicola. (2000). *Dicionário de Filosofia*. [1971]. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- ADORNO, Theodor W. (2001). *Negative Dialectics*. [1966]. Tradução de Dennis Redmond. Disponível em: <<http://www.efn.org/~dredmond/ndtrans.html>>. Acesso em: 20 Out. 2008.
- \_\_\_\_\_. (2003). O ensaio como forma. [1958]. In: \_\_\_\_\_. *Notas de Literatura I*. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Dialética Negativa*. [1966]. Tradução de Marcos Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (1998). Os mal-entendidos da História do Brasil. In: HADDAD, Fernando (org.). *Desorganizando o Consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- ALTHUSSER, Louis. (2005). *For Marx*. [1965]. Translated by Ben Brewster. London: Verso.
- AMARAL, Renata Vargas. (2006). Análise jurídica de intervenção humanitária internacional. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 11, n. 1165, 9 set. 2006. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/8861>>. Acesso em: 20 Ago. 2010.
- ANDERSON, Perry. (2004). *Considerações sobre o Marxismo Ocidental* [1979]; *Nas Trilhas do Materialismo Histórico* [1983]. São Paulo: Boitempo.
- ANDREUCCI, Franco. (1982). A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBBSAWM, Eric et al. (Orgs.). *História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional – primeira parte*. São Paulo: Paz e Terra.
- ARANTES, Paulo Eduardo. (1992). *Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1994a). *Um Departamento Francês de Ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

---

<sup>181</sup> Ainda que a normatização aqui adotada seja a preconizada pela ABNT, escolhi a forma de apresentação das datas das obras segundo a normatização da APA (American Psychological Association). Dessa forma, com as datas das obras destacadas entre parênteses logo após o nome do autor, o processo de localização das referências bibliográficas fica mais ágil. Já as datas apresentadas entre colchetes não correspondem a nenhuma normatização, seja da ABNT, seja da APA. Adotei essa forma gráfica como meio de destacar a data da 1ª edição de determinadas obras, para as quais considerei relevante que tivessem suas datas originais destacadas. No caso das traduções, referem-se à 1ª edição da obra na língua original ou à data do manuscrito original. E no caso de artigos ou partes de obras em coletâneas, referem-se à data da 1ª edição da obra original de onde foram extraídos ou à data do manuscrito original.

- \_\_\_\_\_. (1994b). Alta costura parisiense: nem Apel, nem Rorty. In: CICERO, Antonio e SALOMÃO, Waly. *Banco Nacional de Idéias: o relativismo enquanto visão de mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.
- \_\_\_\_\_. (1996a). *O Fio da Meada: uma conversa e quatro entrevistas sobre Filosofia e vida nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. (1996b). *Ressentimento da Dialética: dialética e experiência intelectual em Hegel: antigos estudos sobre o ABC da miséria alemã*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. (1997). *Dicionário de bolso do Almanaque Philosophico Zero à Esquerda: primeira dentição, ano III da Era FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Hegel: a ordem do tempo*. São Paulo: Hucitec; Polis.
- \_\_\_\_\_. (2001). A fratura brasileira do mundo. In: FIORI, José Luís (org.). *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis, RJ: Vozes. p.291-343.
- \_\_\_\_\_. (2004). *Zero à Esquerda*. São Paulo: Conrad.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Extinção*. São Paulo: Boitempo.
- ARATO, Andrew. (1984). A antinomia do marxismo clássico: marxismo e filosofia. In: HOBSBAWM, Eric et al. (Orgs.). *História do Marxismo IV: o marxismo na época da Segunda Internacional – terceira parte*. São Paulo: Paz e Terra.
- ARENDT, Hanna. (1999). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. [1963]. São Paulo: Cia. das Letras.
- ARRIGHI, Giovanni. (1996). *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. (1998). Globalização: um mito destrutível. In: FIORI, José Luís ; LOURENÇO, Marta Skinner de; NORONHA, José Carvalho de. *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.131-134.
- BERTALANFFY, Karl Ludwig von. (1975). *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL.
- BIANCHI, Alvaro. (2004). Lenin e a filosofia: notas para uma leitura metodológica. In: SEMINÁRIO LENIN: 80 ANOS, 2004, Campinas. *Anais...* Campinas: IFCH, 2004. Versão atualizada e revista disponível em: <[http://www.pstu.org.br/teoria\\_materia.asp?id=5917&ida=29](http://www.pstu.org.br/teoria_materia.asp?id=5917&ida=29)>. Acesso em: 18 Jan. 2010.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. (2001). Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Marcio. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.

- \_\_\_\_\_. (2004). *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- \_\_\_\_\_. (2010). Conceição e o crescimento econômico brasileiro. In: GUIMARÃES, Juarez. (Org.). *Leituras Críticas sobre Maria da Conceição Tavares*. São Paulo: Perseu Abramo; Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- BOBBIO, Norberto. (1997). *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- BORGES, Maria Angélica. (1996). *Eugênio Gudin: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: Educ.
- BRAGA, José Carlos de Souza. (2010). O irracional e o inteligível no capitalismo financeiro. In: GUIMARÃES, Juarez. (Org.). *Leituras Críticas sobre Maria da Conceição Tavares*. São Paulo: Perseu Abramo; Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- BRAVERMAN, Harry. (1981). *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 [1974].
- BRENNER, Robert. (1977). The Origins of Capitalist Development: a Critique of Neo-Smithian Marxism. *New Left Review*, number 104, p.25-92, july/aug 1977.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2001). Método e paixão em Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Marcio. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio. (1998). Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio. (Orgs.). *O Pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Ed. 34.
- BUNGE, Mario. (1980). O Caráter Sistêmico do Desenvolvimento Científico. In: \_\_\_\_\_. *Ciência e Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- BURGUEÑO, Oscar; RODRIGUEZ, Octavio. (2001). Desenvolvimento e Cultura. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Marcio. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.
- CANDIDO, Antonio. (1989). *A Educação pela Noite e outros ensaios*. São Paulo: Duas Cidades.
- \_\_\_\_\_. (1998). Dialética da malandragem. In: \_\_\_\_\_. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo: Duas Cidades.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Textos de Intervenção*. Seleção, apresentação e notas de Vinícius Dantas. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34.

- CAMPOS, Domar. (1998). O pensamento econômico, social e político de Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio. (Orgs.). *O Pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Ed. 34.
- CASTRO, Márcio Henrique Monteiro de. (1998). Dualidade, modernidade e atualidade. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio. (Orgs.). *O Pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Ed. 34.
- CAVALCANTI, Clóvis. (2001). Celso Furtado e a persistência do subdesenvolvimento. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Marcio. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.
- CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. (2000). *O discurso econômico e suas condições de possibilidade*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000. (Texto para discussão ; 143). Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=265918>> ou <[doi:10.2139/ssrn.265918](https://doi.org/10.2139/ssrn.265918)>. Acesso em: 13 Jul. 2009.
- CÊPEDA, Vera Alves. O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Marcio. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.
- CHESNAIS, François (1996). *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã
- \_\_\_\_\_. (Org.). (1998). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã.
- \_\_\_\_\_. (Org.). (2005). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo.
- DAVIES, R.W. (1986). As opções econômicas da URSS. In: HOBBSAWM, Eric et al. (Orgs.). *História do Marxismo VII: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- DELEUZE, Gilles. (1992). *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992 [1990].
- DOSSE, François. (2007). *História do Estruturalismo*. v.1 – o campo do signo. Bauru, SP: Edusc.
- \_\_\_\_\_. (2007). *História do Estruturalismo*. v.2 – o canto do cisne. Bauru, SP: Edusc.
- DRACK, Manfred. (2008). Ludwig von Bertalanffy's early system approach. In: ANNUAL MEETING OF THE ISSS (International Society for the Systems Sciences), 52, 2008, Madison, *Proceedings...* Madison: ISSS. Disponível em: <<http://journals.iss.org/index.php/proceedings52nd/article/viewFile/1032/322>>. Acesso em: 21 Ago. 2010.
- EISENSTEIN, Sergei. (2002a). *A Forma do Filme*. [1949]. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

- \_\_\_\_\_. (2002b). *O Sentido do Filme*. [1942]. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- ENGELS, Friedrich. (1940). *Dialectics of Nature*. [1883]. Translated and edited by Clemens Dutt with a preface and notes by J.B.S. Haldane. New York: International Publishers.
- \_\_\_\_\_. (1975). Engels to Marx: in Brussels. [1846]. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Letters of Marx and Engels, 1846*. Moscow: MECW; London: Lawrence & Wishart, 1975. Disponível em: <[http://www.marxists.org/archive/marx/works/1846/letters/46\\_10\\_18.htm](http://www.marxists.org/archive/marx/works/1846/letters/46_10_18.htm)>. Acesso em: 21 Oct. 2007.
- FAUSTO, Ruy. (1987a). *Marx: lógica e política*. Tomo I. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (1987b). *Marx: lógica e política*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense.
- FERRER, Aldo. (2001). A Argentina e a globalização. (2001). In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Marcio. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.
- FETSCHER, Iring. (1982). Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: HOBBSAWM, Eric et al. (Orgs.). *História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional – primeira parte*. São Paulo: Paz e Terra.
- FINZI, Roberto. (1986). Lenin, Taylor, Stakhanov: o debate sobre a eficiência econômica após Outubro. In: HOBBSAWM, Eric et al. (Orgs.). *História do Marxismo VII: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- FRANCO, Maria Sylvia de C. (1983). *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- FURTADO, Celso. (1996). Entrevista. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo: Ed. 34.
- \_\_\_\_\_. (2001). O processo histórico do desenvolvimento. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Marcio. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.
- GERSCHENKRON, Alexander. (1962). *Economic Backwardness in Historical Perspective: a book of essays*. Massachusetts: Harvard University Press, 1962.
- GIANNOTTI, J. A. (1960). Notas para uma análise metodológica de *O Capital*. *Revista Brasiliense*, nº. 29, p.60-72, mai/jun 1960.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Certa herança marxista*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

- GOMES, Paulo Emilio Salles. (1980). *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Embrafilme.
- GUIMARÃES, César. (1998). A dualidade brasileira de Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio. (Orgs.). *O Pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Ed. 34.
- GUNDER FRANK, Andrew. (1979). Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino-Americano. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Urbanização e Subdesenvolvimento*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 25-38.
- HABERMAS, Jürgen. (2002). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. [1985]. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes.
- HADDAD, Fernando. (1992). *O Sistema Soviético: relato de uma polêmica*. São Paulo: Scritta.
- HARNECKER, Marta. (1976). *Los Conceptos Elementales del Materialismo Histórico*. [1969]. 36. ed. México: Siglo XXI.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Fidel: la estrategia política de La Victoria*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. (2002). *Fenomenologia do Espírito*. [1806]. Tradução de Paulo Menezes. 7. ed. rev. Petrópolis: Vozes.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. (1998). *Globalização em Questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- HOBSBAWM, Eric. (1982). A cultura europeia e o marxismo entre o séc. XIX e o séc. XX. In: HOBSBAWM, Eric et al. (Orgs.). *História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional – primeira parte*. São Paulo: Paz e Terra.
- HOXHA, Enver. (1979). *O Imperialismo e a Revolução*. Tirana: Instituto de Estudos Maxistas-Leninistas.
- HYPPOLITE, Jean. (2003). *Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. [1946]. Coordenação de tradução de Silvio Rosa Filho. São Paulo: Discurso.
- IACOPINO, Vincent; ALLEN, Scott A.; KELLER, Allen S. (2011). Bad Science Used to Support Torture and Human Experimentation. *Science*, v.331, n. 6013, p. 34-35, 7 Jan. 2011. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/content/331/6013/34.citation>>. Acesso em: 16 Jan. 2011.
- INWOOD, Michael. (1997). *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro: Zahar.
- JAGUARIBE, Helio. (2001). O problema do desenvolvimento nacional: considerações em torno do pensamento de Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Marcio. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.

- JAMESON, Fredric. (1997). *O Marxismo Tardio: Adorno, ou a persistência da dialética*. [1990]. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. UNESP; Boitempo.
- KOJÈVE, Alexandre. (2002). *Introdução à Leitura de Hegel*. [1947]. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto; EDUERJ.
- LEMOS, Maurício Borges. (2010). O problema do sistema financeiro brasileiro na visão de Maria da Conceição Tavares. In: GUIMARÃES, Juarez. (Org.). *Leituras Críticas sobre Maria da Conceição Tavares*. São Paulo: Perseu Abramo; Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- LESSA, Sergio. (1998). The situation of Marxism in Brazil. *Latin American Perspectives*, Berkeley, v. 25, n.98, p. 94-108, 1998. Disponível versão em português em: <<http://br.monografias.com/trabalhos912/a-situacao-marxismo/a-situacao-marxismo.zip>>. Acesso em: 05 Abr. 2009.
- LEWIN, Moshe. (1986). Para uma conceituação do stalinismo. In: HOBBSAWM, Eric et al. (Orgs.). *História do Marxismo VII: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- LOVE, Joseph. (1998). *A Construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- LUKÁCS, Georg. (1967). *History and Class Consciousness*. [1923]. London: Merlin Press. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/lukacs/works/history/index.htm> Acesso em: 03 Abr. 2009.
- MANDEL, Ernest. (1982). *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1972]. (Coleção Os Economistas)
- MAMIGONIAN, Armen. (1998). Notas sobre as raízes e originalidades do pensamento de Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, Armen; RÉGO, José Marcio. (Orgs.). *O Pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Ed. 34.
- MARX, Karl. (1978a). Para a Crítica da Economia Política. [1859]. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).
- \_\_\_\_\_. (1978b). O 18 brumário de Luís Bonaparte. [1852]. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).
- \_\_\_\_\_. (1988a). *O Capital: crítica da Economia Política. Livro I – O Processo de Produção do Capital*, tomos 1 e 2. [1867]. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas)
- \_\_\_\_\_. (1988b). *O Capital: crítica da Economia Política. Livro II – O Processo de Circulação do Capital*, tomo único. [1885]. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas).

- \_\_\_\_\_. (1988c). *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro III – O Processo Global de Produção Capitalista, tomos 1 e 2. [1894]. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas).
- MARX, Karl; ENGELS, F. (1971). *Werke*. Band 13, 7. Berlin: Dietz Verlag. Disponível em: <http://www.mlwerke.de/index.shtml>. Acesso em: 06 Mar. 2009.
- \_\_\_\_\_. (2003). *A Sagrada Família ou a crítica da Crítica crítica (contra Bruno Bauer e consortes)*. [1844]. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2007). *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. [1846]. Texto final da tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.
- MEDVEDEV, Roi. (1986). O socialismo num só país. In: HOBBSAWM, Eric et al. (Orgs.). *História do Marxismo VII: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. (1984). *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (1999). Entrevista. In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*. São Paulo: Ed. 34.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. (1998). Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. v.4 – contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras.
- MERCADANTE, Paulo. (1998). Ignácio Rangel e a substância de nossa realidade. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio. (Orgs.). *O Pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Ed. 34.
- MERLEAU-PONTY, M. (1984a). As aventuras da dialética [1955]. In: \_\_\_\_\_. *Textos Escolhidos*. Seleção de textos de Marilena Chauí. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores).
- \_\_\_\_\_. (1984b). Marxismo e Filosofia [1948]. In: \_\_\_\_\_. *Textos Escolhidos*. Seleção de textos de Marilena Chauí. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores).
- MÉSZÁROS, István. (2009). *Estrutura Social e Formas de Consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo.
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. (2008). *O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtivo de mercadoria*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- MUZIO, Gabriele. (1999). A globalização como o estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo. In:



- OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. p.133-161.
- NAVES, Rodrigo. (1997). *A Forma Difícil*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (2007). De relógios, bússolas e sextantes. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. (Orgs.). *Um Crítico na Periferia do Capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Cia das Letras.
- NEGT, Oskar. (1982). O marxismo e a teoria da revolução no último Engels. In: HOBBSAWM, Eric et al. (Orgs.). *História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional – primeira parte*. São Paulo: Paz e Terra.
- NETTO, Delfim. (1996). Entrevista. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo: Ed. 34.
- NOVAIS, Fernando A. (1979). *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- NOVE, Alec. (1986). Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista? In: HOBBSAWM, Eric et al. (Orgs.). *História do Marxismo VII: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- OECD. (2008). *Princípios para uma intervenção internacional eficaz em Estados frágeis e em situações de fragilidade*. [S.l.]: OECD. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/37/60/42332900.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010
- OLIVEIRA, Francisco de. (1989). *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (2001). Um republicano exemplar. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Marcio. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- ONU. (1945). *Charter of the United Nations*. [S.l.]: ONU. Disponível em: <<http://www.un.org/en/documents/charter/index.shtml>>. Acesso em 20 Ago. 2010.
- \_\_\_\_\_. (1967). *Economic and Social Council Resolution 1235 (XLII)*, 42 U.N. ESCOR Supp. (No. 1) at 17, U.N. Doc. E/4393. [S.l.]: ONU. Disponível em: <<http://fds.oup.com/www.oup.co.uk/pdf/bt/cassese/cases/part3/ch16/1602.pdf>>. Acesso em: 20 Ago. 2010.
- \_\_\_\_\_. (1970). *Economic and Social Council Resolution 1503 (XLVIII)*, 48 U.N. ESCOR (No. 1A) at 8, U.N. Doc. E/4832/Add.1. [S.l.]: ONU. Disponível em: <<http://www1.umn.edu/humanrts/procedures/1503.html>>. Acesso em: 20 Ago. 2010.

- \_\_\_\_\_ (1977). Alternative approaches and ways and means within the United Nations system for improving the effective enjoyment of human rights and fundamental freedoms. In: \_\_\_\_\_. *General Assembly: thirty-second session resolutions*. New York: ONU. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/32/ares32r130.pdf>>. Acesso em: 20 Ago. 2010.
- PAIM, Gilberto. (1998). Ignácio Rangel: um intérprete original da realidade brasileira. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio. (Orgs.). *O Pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Ed. 34.
- PALMA, Gabriel. (1987). Dependencia y desarrollo: una visión crítica. In: SEERS, Dudley (comp.). *Teoría de la dependencia: una revaluación crítica*. México: Fondo de Cultura, 1987 [1981].
- PATO, Christy G. (2004). *A Forma Difícil do pensar em brasileiro: o marxismo smithiano de Fernando Henrique Cardoso*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PAULANI, Leda. (2001). A utopia da nação: esperança e desalento. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Marcio. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.
- \_\_\_\_\_. (2002). A atualidade da crítica da Economia Política. In: BOITO JR, Armando. et al. *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. 2ª tiragem. São Paulo: Xamã, 2002.
- \_\_\_\_\_. (2003). Brasil *Delivery*: a política econômica do governo Lula. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.23, nº4 (92), out/dez 2003.
- \_\_\_\_\_. (2005). *Modernidade e Discurso Econômico*. São Paulo: Boitempo.
- PIZZO, Maria do Rosário. (1998). Rangel e a concessão de serviços públicos à iniciativa privada. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio. (Orgs.). *O Pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Ed. 34.
- POMERANZ, Lenina. (1990). Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Perestroika: desafios da transformação social na URSS*. São Paulo: Edusp.
- PRADO JR., Bento. (1996). Prefácio: o pressentimento de Kojéve. In: ARANTES, Paulo. *Ressentimento da Dialética: dialética e experiência intelectual em Hegel: antigos estudos sobre o ABC da miséria alemã*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RANGEL, Ignácio. (2005). *Obras Reunidas*. 2. v. Rio de Janeiro: Contraponto.
- RAWLS, John. (1971). *A Theory of Justice*. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press.
- REGO, José Marcio. (2001). A “angústia da influência” em Smith, Hirschman e Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Marcio. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.

- RIBEIRO, Sylvio Wanick. (1998). O pensamento de Ignácio de Mourão Rangel. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio. (Orgs.). *O Pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Ed. 34.
- RODRIGUEZ, Octavio. (1981). A concepção do sistema centro-periferia. In:\_\_\_\_\_. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense, 1981. p.36-50.
- ROSTOW, Walter W. (1978). *Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não-comunista*. Tradução de Octavio Alves Velho e Sergio Góes de Paula. 6ª edição aumentada. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 [1959].
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1987). Do Contrato Social. [1762]. In: \_\_\_\_\_. *Do Contrato Social; Ensaio sobre a Origem das Línguas; Discurso sobre a Origem e o Fundamento da Desigualdade entre os Homens; Discurso sobre as Ciências e as Artes*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Pensadores).
- SACHS, Ignacy. (1986a). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- \_\_\_\_\_. (1986b). *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice.
- \_\_\_\_\_. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel.
- \_\_\_\_\_. (2001). Um projeto para o Brasil: a construção do mercado nacional como motor do desenvolvimento. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Marcio. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- \_\_\_\_\_. (2009). *A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo: Cia das Letras.
- SADER, Emir. (2010). Imperialismo e hegemonia. In: GUIMARÃES, Juarez. (Org.). *Leituras Críticas sobre Maria da Conceição Tavares*. São Paulo: Perseu Abramo; Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- SAFATLE, Vladimir. (2010). Marina Silva em Wall Street. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 Out. 2010, Caderno Poder. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0410201025.htm>>. Acesso em: 4 Out. 2010.
- SALVADORI, Massimo L. (1982). Kautsky entre ortodoxia e revisionismo. In: HOBSBAWM, Eric et al. (Orgs.). *História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional – primeira parte*. São Paulo: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1986). A crítica marxista ao stalinismo. In: HOBSBAWM, Eric et al. (Orgs.). *História do Marxismo VII: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. São Paulo: Paz e Terra.

- SARTRE, Jean-Paul. (1978). Questão de Método [1960]. In: \_\_\_\_\_. *O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método*. Tradução de Bento Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).
- SCHWARTZ, Adriano (org.). (2003). *Memórias do presente*, volume 2: 100 entrevistas do Mais!: 1992-2002: Artes do Conhecimento. São Paulo: Publifolha, 2003.
- SCHWARZ, Roberto. (1977). As idéias fora do lugar. In: \_\_\_\_\_. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, p.13-28.
- \_\_\_\_\_. (1987). *Que Horas São?: ensaios*. São Paulo: Cia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (1992). *O Pai de Família e Outros Estudos*. [1978]. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1998). Do lado da viravolta. In: HADDAD, Fernando (org.). *Desorganizando o Consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis, RJ: Vozes. Entrevista originalmente publicada na revista *Teoria&Debate*, nº27, dez 1994/jan-fev 1995.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Seqüências Brasileiras: ensaios*. São Paulo: Cia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (2000). *A herança Marxista na Era Global: debate* [08 nov 2000]. Expositor: José Arthur Giannotti. Debatedores: Jacob Gorender, Roberto Schwarz e Bento Prado Jr. São Paulo: IEA/USP, 2000. 3 cassetes sonoros.
- \_\_\_\_\_. (2003). Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- SHESTOPAL, A. V. (1990). *Perestroika, Glasnost, problemas econômicos e sociais da URSS*. In: ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DA URSS – INSTITUTO DA AMÉRICA LATINA. *A URSS e o Brasil: problemas da Perestroika e modernização*. Moscou: IAL da AC da URSS.
- SIMONSEN, Mario Henrique. (1996). Entrevista. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo: Ed. 34.
- SMITH, Adam. (1979). *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. [1776]. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).
- SOARES, Guido F. S. (2004). *Curso de Direito Internacional Público*. São Paulo: Atlas.
- STEINBERG, Hans-Josef. (1982). O partido e a formação da ortodoxia marxista. In: HOBBSAWM, Eric et al. (Orgs.). *História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional – primeira parte*. São Paulo: Paz e Terra.
- SUZIGAN, Wilson. (2001). Industrialização na visão de Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Marcio. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.

- TAVARES, Maria da Conceição. (1975). Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1996). Entrevista. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo: Ed. 34.
- \_\_\_\_\_. (1998). A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p.27-53.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Entrevista a Juarez Guimarães*. In: GUIMARÃES, Juarez. (Org.). *Leituras Críticas sobre Maria da Conceição Tavares*. São Paulo: Perseu Abramo; Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- TELÒ, Mario. (1986). Bukharin: economia e política na construção do socialismo. In: HOBSBAWM, Eric et al. (Orgs.). *História do Marxismo VII: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- VAZ, Henrique. (2002). A significação da Fenomenologia do Espírito. In: HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Tradução de Paulo Menezes. 7. ed. rev. Petrópolis: Vozes.
- VIEIRA, Paulo Freire et al. (Orgs.). (1998). *Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs*. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED.
- VIEIRA, Rosa Maria. (2001). Celso Furtado: auto-retrato e retórica. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Marcio. (Orgs.). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34.
- WAIZBORT, Leopoldo. (2007). *A Passagem do Três ao Um: crítica literária, sociologia, filologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- WALDENBERG, Marek. (1982). A estratégia política da social-democracia alemã. In: HOBSBAWM, Eric et al. (Orgs.). *História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional – primeira parte*. São Paulo: Paz e Terra.
- WEBER, Max. (2004). *A ética protestante e o “espírito” capitalista*. [1904;1905]. São Paulo: Cia das Letras.
- WILLIAMS, Raymond. (2005). *Culture and Materialism*. [1980]. London: Verso.
- WOLFF, Francis. (1999). *Dizer o Mundo*. São Paulo: Discurso Editorial.
- ZASLAVSKAIA, Tatiana. (1990). *Perestroika e Socialismo*. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Perestroika: desafios da transformação social na URSS*. São Paulo: Edusp.